



ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE IBOTIRAMA
GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 017/2026

Ibotirama, 30 de janeiro de 2026.

Ao:
Excelentíssimo Senhor
Silvano Santos de Almeida
Presidente da Câmara Municipal
Nesta

Assunto: Encaminhamento do Relatório Circunstanciado – Exercício 2025.

Senhor Presidente,

Em estrito cumprimento ao disposto no Art. 100, inciso XII, da Lei Orgânica do Município de Ibotirama, que estabelece a competência privativa do Prefeito de apresentar anualmente à Câmara Municipal, por ocasião da abertura da sessão legislativa, relatório sobre a situação do Município, venho, por meio deste, encaminhar a Vossa Excelência e aos demais membros desta Casa o Relatório Circunstanciado referente ao exercício de 2025.

O documento em anexo detalha o estado das obras públicas, a execução dos serviços municipais e os resultados alcançados pela administração no último ano. Adicionalmente, apresenta as diretrizes e o programa de governo previstos para o ano de 2026, reafirmando o compromisso com a transparência e a eficiência na gestão pública municipal.



Prefeitura Municipal de Ibotirama
Praça Ives de Oliveira, nº 78 – Centro.
(77) 3698-1512
www.ibotirama.ba.gov.br



ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE IBOTIRAMA
GABINETE DO PREFEITO

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

Laércio Silva de Santana
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Ibotirama
Praça Ives de Oliveira, nº 78 – Centro.
(77) 3698-1512
www.ibotirama.ba.gov.br



RELATÓRIO

CIRCUNSTANCIADO DO
MUNICÍPIO DE IBOTIRAMA - BA

2025



Prefeitura de
Ibotirama
Nosso Povo, nosso Maior Patrimônio!



LAERCIO SILVA DE SANTANA

Prefeito Municipal

FELISBERTO GOMES DOS SANTOS

Vice-Prefeito

Wilson de Oliveira Leite

Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Finanças

Monique dos Santos Oliveira

Secretária Municipal de Assistência Social

Pedro Gilvan de Oliveira Queiroz

Secretário Municipal de Governo

Edcarlos Almeida de Queiroz

Secretário Municipal de Educação

Vitor Gabriel Oliveira Perez

Secretário Municipal de Saúde

Alexsandro de Souza Teixeira

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico Urbano e Rural

Vitor Gabriel Oliveira Perez

Secretário Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos (Interino).

André Gesse Morais

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

Ivo Delgado Martins

Secretária Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças

Órgão Responsável Pela Elaboração do Relatório

Ano de Execução

2025

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	6
2. ANÁLISE DEMOGRÁFICA E TERRITORIAL DO MUNÍCIPIO DE IBOTIRAMA.....	8
2.1. Contexto Geográfico e Administrativo	8
2.2. Dinâmica Populacional e Estrutura Demográfica	8
2.3. Territorialidade e Ocupação Espacial	10
2.4. Representação Eleitoral e Participação Política	11
2.5. Síntese e Implicações para o Planejamento Municipal	11
3. RESULTADOS ALCANÇADOS	14
3.1. EDUCAÇÃO	14
3.1.1 Panorama Educacional do Município – Breve Histórico	14
3.1.2. Execução Orçamentária e Regularidade Fiscal	16
3.1.3. Ampliação da Infraestrutura Educacional	19
3.1.4. Censo Escolar da Educação Básica – Análise Comparativa 2024–2025	20
3.1.5. Análise dos Avanços e Desafios do Plano Municipal de Educação 2015–2025	22
3.1.6. Síntese Avaliativa da Política Municipal de Educação	24
3. 2. SAÚDE.....	26
3.2.1. Estrutura Institucional e Governança do SUS	26
3.2.2. Perfil Demográfico e Transição Populacional	26
3.2.3. Perfil Epidemiológico	27
3.2.3.1. Morbidade Hospitalar	28
3.2.3.2. Mortalidade	29
3.2.4. Produção e Cobertura Assistencial	30
3.2.4.5. Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica	31
3.2.5. Capacidade Instalada e Gestão do Trabalho	32
3.2.6. Execução Orçamentária e Financeira da Saúde	32
3.2.6.1. Captação de Recursos Extraordinários e Emendas Parlamentares	33
3.2.7. Síntese Avaliativa da Política Municipal de Saúde	34
3.3. ASSISTÊNCIA SOCIAL	35
3.3.1. Contexto e Diretrizes da Política Socioassistencial	35
3.3.2. Execução Orçamentária e Financeira	36
3.3.3. Repasses e Financiamento do SUAS.....	36
3.3.4 . PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	37
3.3.4.1. Programa Bolsa Família	37
3.3.4.2. Benefício de Prestação Continuada (BPC)	37
3.3.5. Rede Socioassistencial e Serviços	37
3.3.6. Gestão, Monitoramento e Controle Social	39

3.3.7. Síntese Avaliativa da Política Municipal de Assistência Social	39
3.4. CULTURA.....	41
3.4.1. Execução Orçamentária e Fomento à Difusão Cultural	41
3.4.2. Resultados do Exercício e Eixos de Implementação da Política Municipal de Cultura .	42
3.4.3. Síntese Avaliativa da Política Municipal de Cultura	43
3.5. ESPORTE E LAZER.....	44
3.5.1. Execução Orçamentária e Desempenho Financeiro	44
3.5.2. Execução das Ações Esportivas no Exercício	45
3.5.3. Síntese Avaliativa do Esporte e Lazer.....	46
3.6. MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS.....	48
3.6.2. Indicadores de Saneamento e Recursos Hídricos.....	49
3.6.3. Fiscalização Ambiental, Recursos Hídricos e Ações Executadas.....	50
3.7. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO URBANO E RURAL	51
3.8. OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS	57
3.9. POLÍTICA MUNICIPAL DE GOVERNO, COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL E PROTEÇÃO COLETIVA	63
4. OBRAS E INVESTIMENTOS.....	73
5. LIMITAÇÕES E DESAFIOS DO EXERCÍCIO	74
6. PROGRAMA DA ADMINISTRAÇÃO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE – 2026	76
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	80

1. APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no art. 100, inciso XII, da Lei Orgânica do Município de Ibotirama, que determina a apresentação anual, pelo Prefeito Municipal, de relatório circunstanciado sobre a situação do Município à Câmara Municipal por ocasião da abertura da sessão legislativa ordinária, apresenta-se o presente relatório referente ao exercício de 2025.

O documento possui caráter institucional, informativo e panorâmico, tendo como finalidade oferecer ao Poder Legislativo e à sociedade uma visão ampla e integrada da realidade municipal ao final do exercício. Não se trata de relatório técnico específico nem de prestação de contas financeira formal, mas de um instrumento de transparência e comunicação pública, que consolida informações relevantes sobre o contexto demográfico e territorial, a execução orçamentária, a gestão fiscal e o desempenho das políticas públicas setoriais, sem prejuízo dos relatórios e demonstrativos encaminhados aos órgãos de controle nos termos da legislação vigente.

A estrutura do relatório foi organizada de forma a facilitar a compreensão dos dados e das análises apresentadas. Inicialmente, são abordados os aspectos demográficos e territoriais do Município, com base em dados oficiais do Censo 2022 e estimativas para 2025, permitindo compreender o perfil populacional, a distribuição etária, o grau de urbanização e os desafios associados à ocupação equilibrada do território urbano e rural. Essa análise evidencia um crescimento populacional moderado, o avanço do processo de envelhecimento e a necessidade de políticas públicas compatíveis com essa dinâmica.

Na sequência, o relatório apresenta os resultados alcançados no exercício, constituindo o núcleo central do documento. São detalhadas as ações desenvolvidas e a execução das políticas públicas nas áreas de Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte e Lazer, Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico Urbano e Rural, Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, bem como na Política Municipal de Governo, Coordenação Institucional e Proteção Coletiva. Cada área é analisada a partir da execução orçamentária, dos principais indicadores e das ações efetivamente realizadas, permitindo uma avaliação objetiva do desempenho da gestão no período.

O relatório também sistematiza as obras e investimentos executados ao longo de 2025, destacando a origem dos recursos, o estágio de execução física e financeira e o

alinhamento dessas intervenções com a estratégia de captação de recursos externos e de manutenção do equilíbrio fiscal. Essa abordagem evidencia o esforço da administração em ampliar a infraestrutura urbana e os equipamentos públicos, respeitando os limites orçamentários e a capacidade financeira do Município.

As limitações e desafios enfrentados ao longo do exercício são apresentados de forma contextualizada, permitindo compreender os condicionantes estruturais, fiscais e administrativos que impactaram a execução das políticas públicas. Essa análise não apenas qualifica os resultados alcançados, como também subsidia o planejamento para os exercícios seguintes, reforçando a necessidade de gestão estratégica e de articulação interinstitucional.

Por fim, o relatório apresenta as diretrizes e prioridades do Programa da Administração para 2026, articulando a continuidade das políticas consolidadas em 2025 com novas ações e avanços estratégicos nas áreas prioritárias, de modo a assegurar a coerência entre planejamento, orçamento e execução.

De forma geral, o exercício de 2025 foi marcado pela manutenção do funcionamento regular dos serviços públicos, pelo cumprimento e superação dos índices constitucionais de aplicação de recursos, pela ampliação da capacidade instalada em áreas essenciais e pela consolidação de políticas públicas estruturantes, sempre orientadas pelos princípios da legalidade, responsabilidade fiscal, transparência e eficiência administrativa.

Os desafios identificados ao longo do período analisado orientam o planejamento para 2026 e reafirmam o compromisso da gestão municipal com o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a melhoria contínua da qualidade de vida da população de Ibotirama.

2. ANÁLISE DEMOGRÁFICA E TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE IBOTIRAMA

2.1. Contexto Geográfico e Administrativo

O município de Ibotirama, identificado pelo código IBGE 2913200, localiza-se na região oeste do Estado da Bahia, a aproximadamente 655 quilômetros da capital Salvador, integrando a Região Geográfica Imediata de Barra e a Região Geográfica Intermediária de Barreiras, conforme a divisão territorial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sob a gestão do Prefeito Laércio Silva de Santana, no exercício de 2025, o município consolida-se como polo estratégico no Território de Identidade do Velho Chico, exercendo influência administrativa, econômica e de prestação de serviços públicos sobre os municípios do entorno.

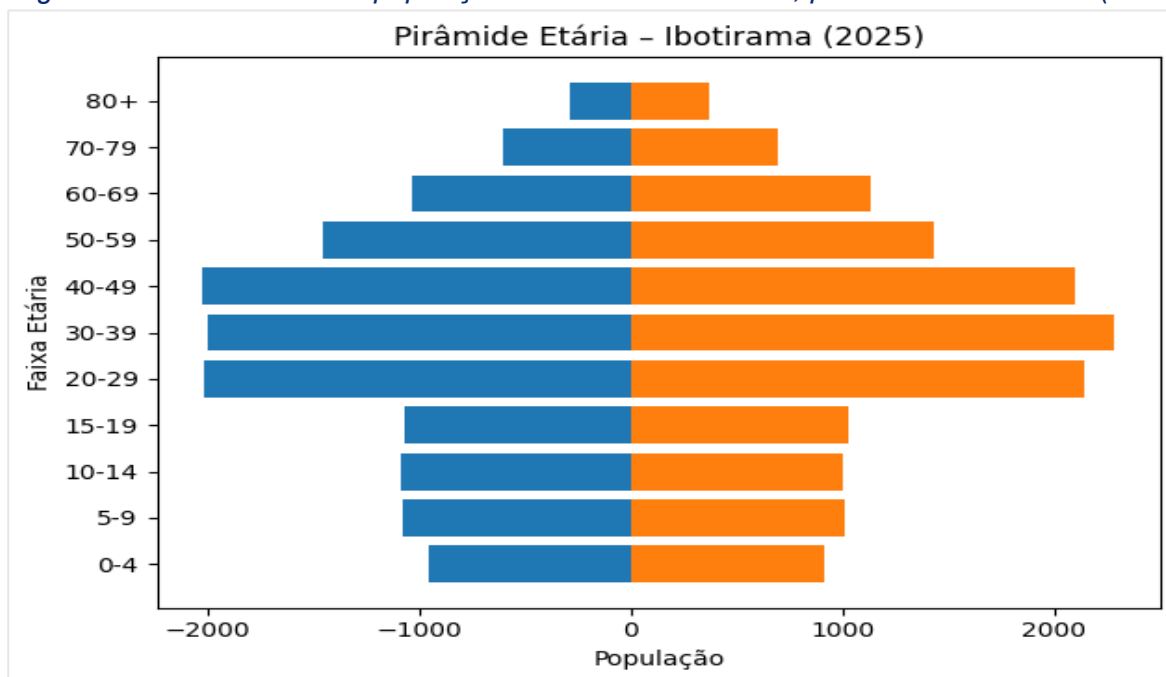
2.2. Dinâmica Populacional e Estrutura Demográfica

A dinâmica populacional de Ibotirama evidencia crescimento gradual e sustentado ao longo dos últimos anos. De acordo com os dados oficiais do Censo Demográfico 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município registrava população residente de 26.309 habitantes. As estimativas populacionais para 2025, elaboradas a partir de projeções demográficas e dos registros administrativos dos sistemas oficiais do Ministério da Saúde (DATASUS/TabNet), indicam população aproximada de 27.723 habitantes, representando crescimento estimado de 5,37% no período.

Esse incremento populacional posiciona Ibotirama como o 109º município mais populoso da Bahia, entre os 417 municípios do Estado, e como o terceiro maior contingente populacional de sua Região Geográfica Imediata, composta por dez municípios, consolidando sua função regional como polo de serviços, comércio e atendimento público.

A composição por sexo revela equilíbrio demográfico, com leve predominância feminina, padrão recorrente em municípios brasileiros de médio porte. Em 2025, estima-se a existência de 14.109 mulheres (50,89%) e 13.614 homens (49,11%), refletindo fatores associados à maior expectativa de vida feminina e a dinâmicas migratórias seletivas por faixa etária e sexo.

Figure 1. Pirâmide etária da população estimada de Ibotirama, por sexo e faixa etária (2025)



Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde – SVS/DASNT/CGIAE, a partir dos sistemas oficiais do DATASUS/TabNet. Data da consulta: 05/01/2026.

A análise da pirâmide etária evidencia que Ibotirama se encontra em estágio intermediário de transição demográfica, caracterizado pela redução relativa das faixas etárias mais jovens, pela concentração da população em idade economicamente ativa e pelo crescimento progressivo da população idosa.

As faixas etárias de 20 a 29 anos e 30 a 39 anos concentram o maior contingente populacional, totalizando aproximadamente 30% da população municipal, o que confirma a robustez da força de trabalho local. Esse perfil demanda políticas públicas orientadas à geração de emprego e renda, qualificação profissional, empreendedorismo e retenção da população economicamente ativa, a fim de evitar fluxos migratórios para centros urbanos maiores.

Observa-se, ainda, expansão gradual das faixas etárias acima de 60 anos, indicando processo de envelhecimento populacional que impõe desafios adicionais à gestão

municipal, especialmente no planejamento das políticas de saúde, assistência social, mobilidade urbana e acessibilidade.

De forma geral, o perfil demográfico de Ibotirama em 2025 revela equilíbrio entre crescimento populacional, concentração urbana e mudança no padrão etário, exigindo planejamento integrado e políticas públicas capazes de responder simultaneamente às demandas da população jovem, adulta e idosa, garantindo desenvolvimento sustentável e qualidade de vida no território municipal.

2.3. Territorialidade e Ocupação Espacial

Com uma área territorial de 1.740,113 km², Ibotirama ocupa a 3^a posição em extensão dentro de sua região geográfica imediata, composta por 10 municípios. A densidade demográfica registrada foi de 15,12 habitantes por quilômetro quadrado no Censo 2022, com projeção de aproximadamente 15,9 hab./km² para 2025.

Embora a densidade demográfica de Ibotirama seja substancialmente inferior à média estadual baiana posicionando o município na 283^a colocação estadual (entre 417 municípios) e na 3.760^a posição nacional (entre 5.570 municípios) o município apresenta um cenário singular em sua região geográfica imediata: detém a maior densidade demográfica entre os 10 municípios que a compõem. Este aparente paradoxo explica-se pelo padrão de ocupação territorial, onde Ibotirama possui índice de urbanização de 81,5%, superior à média estadual da Bahia (76,7%), enquanto os demais municípios vizinhos caracterizam-se por extensões territoriais ainda maiores e populações predominantemente rurais dispersas. A concentração de 81,5% da população Ibotiramense na sede municipal facilita a prestação de serviços essenciais como educação, saúde, saneamento e transporte público, permitindo economia de escala e maior eficiência na aplicação de recursos. Contudo, os 18,5% residentes em áreas rurais (aproximadamente 5.128 habitantes), embora minoritários, demandam estratégias diferenciadas de atendimento deslocamento de equipes, manutenção de unidades de saúde em localidades afastadas, transporte escolar em longas distâncias e adequação de infraestrutura viária rural gerando implicações logísticas e financeiras significativas para a administração municipal.

2.4. Representação Eleitoral e Participação Política

O contingente eleitoral de Ibotirama, registrado em 21.148 eleitores em dezembro de 2024, representa 0,2% do eleitorado estadual. Este número corresponde a aproximadamente 76,3% da população estimada, indicando uma base eleitoral ativa compatível com a estrutura demográfica do município. A participação política local é elemento essencial para a legitimação das políticas públicas e fortalecimento da democracia municipal.

2.5. Síntese e Implicações para o Planejamento Municipal

A análise integrada dos indicadores demográficos e territoriais de Ibotirama revela um município em crescimento moderado, com população jovem e economicamente ativa, alta urbanização e vasta extensão territorial. Este perfil demanda estratégias de planejamento que contemplem simultaneamente o fortalecimento do núcleo urbano e a inclusão das comunidades rurais dispersas.

Os desafios prioritários identificados incluem a fixação da população economicamente ativa através da geração de emprego e renda, a garantia de acesso equitativo aos serviços públicos essenciais em todo o território e o aproveitamento sustentável das potencialidades regionais vinculadas ao Rio São Francisco, exigindo planejamento estratégico integrado e gestão eficiente dos recursos públicos disponíveis.

2.6. A Base Administrativa da Ação Governamental

A Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças ocupa um lugar singular na arquitetura do governo municipal. Embora pouco visível ao olhar cotidiano da população, trata-se de um dos pilares mais estratégicos da administração pública, responsável por sustentar, organizar e dar viabilidade concreta a todas as políticas públicas executadas pelo Município. É nessa Secretaria que o governo planeja, se organiza e assegura as condições institucionais necessárias para que as ações cheguem à população de forma regular, legal e eficiente.

No campo do planejamento, a Secretaria é responsável pela elaboração e condução dos principais instrumentos de gestão governamental, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes

Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, garantindo que as prioridades políticas da gestão sejam traduzidas em programas, metas e ações compatíveis com a capacidade financeira do Município. Essa atuação assegura previsibilidade, racionalidade na alocação dos recursos e continuidade administrativa, evitando improvisações e desequilíbrios fiscais.

No exercício analisado, a função Administração apresentou dotação inicial de R\$ 15.914.000,00, atualizada para R\$ 11.788.697,00, com despesas empenhadas e liquidadas no montante de R\$ 10.047.270,07, evidenciando elevado grau de execução orçamentária e adequada capacidade de ajuste às condições reais de arrecadação. Esse desempenho reflete uma gestão administrativa equilibrada, comprometida com a responsabilidade fiscal e com a manutenção do funcionamento regular da máquina pública.

No eixo financeiro, a Secretaria atua como guardião do equilíbrio fiscal e da sustentabilidade econômica do Município. A subfunção Administração Financeira concentrou dotação atualizada de R\$ 8.708.000,00, com execução de R\$ 7.977.821,70, assegurando o pagamento regular de servidores, fornecedores e prestadores de serviços, bem como o cumprimento das obrigações legais estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa atuação garante estabilidade institucional, previsibilidade orçamentária e credibilidade junto aos órgãos de controle e à sociedade.

Como estrutura de apoio transversal, a Secretaria também responde pela gestão administrativa cotidiana, abrangendo recursos humanos, licitações, contratos, convênios, patrimônio, logística e controles internos. A subfunção Administração Geral, com dotação atualizada de R\$ 2.514.697,00 e execução de R\$ 1.673.831,71, sustenta operacionalmente todas as secretarias finalísticas, permitindo que políticas públicas sejam executadas de forma coordenada e contínua. O Controle Interno, com execução de R\$ 132.469,25, reforça a legalidade, a transparência e a correção de procedimentos, contribuindo para o aprimoramento permanente da gestão.

Nesse conjunto, destaca-se o Departamento de Tributos como a principal interface direta da Secretaria com o cidadão. Por meio das ações de arrecadação, fiscalização, cadastro imobiliário e cobrança da dívida ativa, o setor exerce papel decisivo no fortalecimento da receita própria municipal, ampliando a autonomia financeira de Ibotirama e reduzindo a dependência exclusiva de transferências intergovernamentais.

A natureza estratégica dessa Secretaria explica sua menor visibilidade pública. Diferentemente das áreas finalísticas, que entregam serviços imediatos, o Planejamento, a Administração e as Finanças operam nos bastidores, transformando decisões políticas em estruturas técnicas, fluxos financeiros, contratos e controles que tornam possível cada obra, cada serviço e cada política pública implementada no Município.

Em síntese, a Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças constitui a espinha dorsal da gestão municipal, assegurando coerência entre planejamento, orçamento e execução. Sua atuação garante que a proposta de governo “Nosso Povo, Nosso Maior Patrimônio” se materialize com responsabilidade, eficiência e transparência, criando as condições institucionais necessárias para o desenvolvimento do Município e para a melhoria contínua da qualidade de vida da população.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

3.1. EDUCAÇÃO

A política educacional do Município de Ibotirama, no exercício de 2025, foi conduzida com base em diagnóstico técnico, planejamento progressivo e observância ao regime de colaboração federativa. A atuação municipal concentrou-se nas etapas de sua competência direta educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos e educação especial articulando ações pedagógicas, administrativas, financeiras e estruturais orientadas pelas metas do Plano Municipal de Educação (PME).

Os dados do Censo Escolar, os resultados das avaliações nacionais, a execução orçamentária e os investimentos em infraestrutura evidenciam uma rede educacional estável, territorialmente abrangente e em processo contínuo de qualificação. Ao longo do exercício, a gestão priorizou a consolidação da rede existente, o fortalecimento do ensino integral, a ampliação do atendimento à EJA e a promoção da educação inclusiva, sem prejuízo do equilíbrio fiscal e da regularidade na aplicação dos recursos vinculados.

Os itens a seguir apresentam, de forma integrada, o panorama educacional do município, a execução financeira da função Educação, a ampliação da infraestrutura escolar, a análise comparativa do Censo Escolar 2024–2025 e, por fim, uma síntese avaliativa da política educacional desenvolvida.

3.1.1 Panorama Educacional do Município – Breve Histórico

Os dados educacionais consolidados evidenciam que a rede municipal de ensino de Ibotirama exerce papel estratégico na garantia do direito à educação básica, concentrando o atendimento da educação infantil, do ensino fundamental, da educação de jovens e adultos e da educação especial. As informações do Censo Escolar e das avaliações nacionais indicam ampla cobertura territorial, estabilidade do fluxo escolar e progressivo fortalecimento da organização da rede municipal.

No ciclo avaliativo de 2023, adotado como referência diagnóstica para a análise da política educacional em 2025, o município alcançou Ideb 4,9 nos anos iniciais do ensino fundamental, resultado da combinação entre o indicador de aprendizado (5,06) e o indicador de fluxo escolar (0,98). Ainda que o índice não tenha atingido a meta projetada,

observa-se trajetória histórica consistente de crescimento desde 2007, com avanços graduais no desempenho acadêmico e manutenção de elevados níveis de aprovação.

Os resultados da Prova Saeb 2023 apontam médias de proficiência de 186,85 em Língua Portuguesa e 193,66 em Matemática, confirmando evolução progressiva ao longo dos ciclos avaliativos. Esses dados indicam que, embora o fluxo escolar esteja estabilizado em patamares elevados, o principal desafio da educação municipal permanece relacionado à consolidação das aprendizagens essenciais, sobretudo em Língua Portuguesa, demandando estratégias pedagógicas focalizadas e políticas contínuas de recomposição das aprendizagens.

A taxa de aprovação de 98% nos anos iniciais reforça a eficiência administrativa da rede e o acompanhamento sistemático do percurso escolar, criando condições objetivas para que a gestão concentre seus esforços na melhoria da qualidade do ensino, para além da garantia do acesso e da permanência.

A partir desse diagnóstico, ao longo do exercício de 2025 a gestão municipal direcionou suas ações à consolidação da rede existente, ao fortalecimento das unidades escolares e à qualificação das práticas pedagógicas. As iniciativas adotadas contemplaram tanto a ampliação de matrículas em jornada ampliada quanto a implantação gradual de unidades em regime de escola em tempo integral. Essas ações envolveram reorganização curricular, adequações pedagógicas, oferta de atividades integradoras e fortalecimento do acompanhamento educacional dos estudantes.

Ao cruzar as ações executadas com as metas do Plano Municipal de Educação (PME), verifica-se que o Município avançou de forma gradual, responsável e compatível com sua capacidade estrutural e financeira. Embora desafios relacionados à infraestrutura escolar, ao transporte e ao custeio permaneçam relevantes, as iniciativas implementadas em 2025 evidenciam esforço concreto para o cumprimento das metas pactuadas, especialmente no que se refere à ampliação do tempo de permanência do aluno na escola e à diversificação das experiências educativas.

Cabe ressaltar que o ensino médio constitui competência prioritária da rede estadual de ensino. A atuação do Município nesse nível ocorre de forma complementar e articulada, sobretudo por meio do transporte escolar, da cooperação interinstitucional e de políticas

integradas voltadas à permanência dos estudantes, respeitando o regime de colaboração federativa.

No âmbito do acompanhamento institucional, o Município de Ibotirama recebeu, em março de 2025, visita do Ministério Público Federal no contexto do projeto Ministério Público pela Educação (MPEduc). A escuta pública e as visitas técnicas realizadas permitiram validar avanços administrativos, especialmente relacionados à infraestrutura escolar, à regularidade da alimentação, ao transporte escolar e às ações de educação inclusiva, além de reforçar a transparência e o monitoramento da política educacional.

Ao mesmo tempo, o acompanhamento institucional evidenciou desafios estruturais ainda presentes, particularmente no que se refere à consolidação das aprendizagens e à redução das desigualdades de desempenho. Esse cenário reforça a importância da continuidade das ações, do planejamento focalizado e do monitoramento sistemático dos resultados educacionais, fundamentos que orientaram a condução da política educacional municipal ao longo de 2025 e que sustentam a análise desenvolvida nos tópicos subsequentes.

3.1.2. Execução Orçamentária e Regularidade Fiscal

A execução orçamentária da função Educação no exercício de 2025 foi realizada conforme as autorizações constantes na Lei Orçamentária Anual, com adequações promovidas ao longo do exercício para atender às demandas operacionais da rede municipal de ensino. As informações apresentadas neste item têm como base os demonstrativos oficiais do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), especialmente os Anexos 2 e 8.

No exercício de 2025, a Educação contou com dotação orçamentária atualizada de R\$ 78.378.422,39, resultante de ajustes legais efetuados durante o ano. Desse total, foram empenhados R\$ 73.323.536,21, representando as despesas formalmente assumidas pelo Município. As despesas liquidadas somaram R\$ 70.255.064,00, correspondentes aos bens e serviços efetivamente entregues, enquanto as despesas pagas alcançaram R\$ 70.025.044,37, indicando elevado nível de quitação das obrigações dentro do próprio exercício financeiro.

Os restos a pagar não processados totalizaram R\$ 3.068.472,21, valor compatível com a execução de despesas continuadas e concentrado, majoritariamente, no Ensino Fundamental, sem caracterizar desequilíbrio orçamentário ou financeiro.

A execução por subfunção educacional apresentou o seguinte comportamento:

a) **Educação Infantil**

A Educação Infantil registrou dotação atualizada de R\$ 12.720.880,66, com R\$ 11.684.597,96 empenhados, liquidados e pagos, não havendo inscrição de restos a pagar. Esse comportamento evidencia a execução integral das despesas autorizadas para essa etapa.

b) **Ensino Fundamental**

O Ensino Fundamental concentrou a maior parcela dos recursos, com dotação atualizada de R\$ 53.433.570,59. Desse montante, foram empenhados R\$ 52.198.024,47 e liquidados e pagos R\$ 49.129.552,26. Os restos a pagar não processados, no valor de R\$ 3.068.472,21, decorrem da execução de contratos e despesas continuadas típicas dessa etapa da educação básica.

c) **Educação de Jovens e Adultos (EJA)**

A Educação de Jovens e Adultos apresentou dotação atualizada de R\$ 1.165.667,80, com R\$ 825.154,74 empenhados, liquidados e pagos, sem inscrição de restos a pagar, demonstrando execução regular e encerramento das obrigações dentro do exercício.

d) **Educação Especial**

A Educação Especial contou com dotação atualizada de R\$ 1.716.820,83, com R\$ 1.186.472,57 empenhados, liquidados e pagos, igualmente sem geração de passivos financeiros.

e) **Outras Despesas com Educação**

As demais despesas educacionais, custeadas por fontes complementares, apresentaram dotação atualizada de R\$ 17.441.065,86, com R\$ 5.771.108,59 liquidados e R\$ 5.766.330,10 pagos. Os restos a pagar não processados totalizaram R\$ 100,08, valor residual sem relevância fiscal. Essas despesas englobam ações financiadas por transferências do FNDE, Salário-Educação, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), convênios e outras receitas vinculadas.

Regularidade Fiscal e Cumprimento dos Índices Constitucionais

No que se refere ao cumprimento do limite constitucional de aplicação mínima em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), a receita resultante de impostos totalizou R\$ 78.872.049,39, estabelecendo o valor mínimo exigido de R\$ 19.718.012,35, correspondente a 25% dessa base de cálculo.

Conforme demonstrado no Anexo 8 do RREO, o Município aplicou R\$ 21.550.848,03 em despesas computáveis para fins do limite constitucional, o que corresponde a 27,32% da receita de impostos, superando o mínimo legal estabelecido. Ressalta-se que esse valor refere-se exclusivamente às despesas consideradas para o cálculo do índice constitucional, não se confundindo com o total das despesas executadas na função Educação.

No âmbito do FUNDEB, a receita total recebida no exercício foi de R\$ 53.569.797,71, com despesas liquidadas de R\$ 54.487.807,20 e despesas pagas de R\$ 54.338.130,95. Do total aplicado, R\$ 37.625.231,70 foram destinados à remuneração dos profissionais da educação básica, correspondendo a 71,62% dos recursos do Fundo, percentual superior ao mínimo legal de 70%.

Gestão dos Restos a Pagar e Equilíbrio Financeiro

A gestão dos restos a pagar ao final do exercício de 2025 demonstra compatibilidade entre a execução das despesas e a disponibilidade financeira. O saldo final de restos a pagar considerados para fins de MDE foi de R\$ 16.481,70, após o pagamento de R\$ 1.156.440,00 de obrigações provenientes de exercícios anteriores, não havendo inscrição de despesas sem cobertura financeira.

A execução orçamentária da educação em 2025 foi conduzida em consonância com os instrumentos legais de planejamento e com os demonstrativos oficiais da execução fiscal. As informações declaradas no RREO evidenciam alinhamento entre planejamento, execução e disponibilidade financeira, refletindo o compromisso da gestão municipal com a responsabilidade fiscal, a transparência administrativa e a correta aplicação dos recursos públicos, sem prejuízo da fiscalização e validação pelos órgãos de controle externo competentes.

3.1.3. Ampliação da Infraestrutura Educacional

A ampliação da infraestrutura física da rede municipal de ensino integrou, em 2025, a estratégia de fortalecimento estrutural da política educacional, por meio da utilização de recursos federais vinculados, captados de forma planejada e sem impacto direto sobre o Tesouro Municipal. Essa diretriz permitiu viabilizar investimentos de maior porte, alinhados às metas do Plano Municipal de Educação e às políticas nacionais de expansão da educação infantil.

Nesse contexto, destaca-se a formalização do Convênio nº 962632/2024, celebrado em 23 de agosto de 2024 entre a Prefeitura Municipal de Ibotirama, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), na condição de concedente. O convênio encontra-se em execução, com vigência iniciada em 19 de maio de 2025, conforme os prazos estabelecidos no respectivo Plano de Trabalho.

O objeto do instrumento consiste na implantação de unidade educacional de educação infantil em regime de tempo integral, denominada Centro de Educação Lar das Estrelinhas, classificada como Creche Tipo 1, a ser construída no município de Ibotirama/BA. Trata-se de equipamento estruturante voltado à ampliação do atendimento à primeira infância, com impacto direto na oferta de vagas, na qualificação do atendimento educacional e na promoção da equidade no acesso à educação infantil.

O valor total pactuado no convênio é de R\$ 5.621.424,91, com transferência federal inicial de R\$ 834.781,60 e contrapartida municipal de R\$ 56.214,25, assegurando equilíbrio financeiro e adequada repartição de responsabilidades entre os entes envolvidos. A execução financeira segue o cronograma físico-financeiro da obra, sob acompanhamento técnico e administrativo da gestão municipal.

A utilização de recursos federais vinculados para a implantação de infraestrutura educacional permanente reforça o compromisso da administração municipal com o planejamento de longo prazo, a responsabilidade fiscal e a expansão qualificada da rede municipal de ensino, em consonância com as diretrizes do Plano Municipal de Educação e com as políticas públicas voltadas à educação infantil em tempo integral.

3.1.4. Censo Escolar da Educação Básica – Análise Comparativa 2024–2025

O Censo Escolar da Educação Básica constitui o principal instrumento oficial de diagnóstico da rede de ensino, orientando o planejamento educacional, a alocação de recursos e a avaliação das políticas públicas do setor. Para o Município de Ibotirama, a leitura comparativa dos dados de 2024 e 2025 permite analisar a evolução das matrículas, a organização da rede municipal e a aderência das ações desenvolvidas às metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação (PME).

Em 2024, a rede pública de educação básica do município contava com 23 unidades escolares, distribuídas entre as zonas urbana e rural. O quadro docente era composto por 113 professores nos anos iniciais, 105 nos anos finais do ensino fundamental e 60 docentes no ensino médio, este último sob responsabilidade prioritária da rede estadual. No mesmo exercício, o total de matrículas registradas foi de 581 na creche, 725 na pré-escola, 2.003 nos anos iniciais, 1.584 nos anos finais, 1.108 no ensino médio, 553 na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e 372 na educação especial.

Os dados consolidados do Censo Escolar de 2025, divulgados pela Portaria MEC nº 844, de 22 de dezembro de 2025, indicam a manutenção da capacidade de atendimento da rede, com ajustes pontuais na distribuição das matrículas por etapa, modalidade e dependência administrativa. Essas variações refletem tanto mudanças demográficas quanto decisões de reorganização pedagógica e administrativa adotadas ao longo do exercício.

Comparativo Geral de Matrículas – Censo 2024 x 2025

Com o objetivo de oferecer uma visão sintética da evolução da rede e subsidiar a leitura dos dados detalhados apresentados nos anexos do Censo Escolar 2025, a Tabela 1 apresenta a comparação do total de matrículas por etapa e modalidade nos anos de 2024 e 2025, permitindo identificar variações globais no atendimento educacional do município.

Tabela 1. Total de Matrículas por Etapa e Modalidade (Censo 2024 x 2025)

Etapa / Modalidade	2024	2025	Varição
Educação Infantil (Creche + Pré-escola)	1.306	1.264	- 42
Ensino Fundamental (Anos Iniciais + Finais)	3.587	3.524	- 63
Ensino Médio	1.108	1.043	- 65
EJA (Fundamental + Médio)	553	1.112	+ 559
Total Geral	6.926	6.943	+ 17

Fonte: Censo Escolar 2024 e Portaria MEC nº 844/2025.

Os dados consolidados evidenciam estabilidade global no atendimento educacional, com pequenas variações entre as etapas da educação básica. Observa-se redução moderada nas matrículas da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, fenômeno compatível com oscilações demográficas e com processos de reorganização administrativa da rede.

Em sentido oposto, verifica-se crescimento expressivo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que passou de 553 matrículas em 2024 para 1.112 matrículas em 2025, representando acréscimo de 559 estudantes nessa modalidade. Esse aumento compensou as reduções observadas nas demais etapas, resultando em crescimento marginal do total geral de matrículas, que evoluiu de 6.926 para 6.943 no período analisado.

No que se refere à Educação Especial, registra-se que em 2024 o município contabilizava 372 matrículas, enquanto em 2025 esse total alcançou 385 matrículas. Importa destacar que esses quantitativos não configuram uma etapa isolada, estando distribuídos entre a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a EJA, conforme demonstrado nos anexos do Censo Escolar. A variação positiva observada indica manutenção e leve ampliação do atendimento educacional especializado, sobretudo por meio da inclusão de estudantes no ensino regular, em consonância com a política de educação inclusiva adotada pelo município.

A distribuição interna da EJA em 2025 evidencia predominância do atendimento no ensino fundamental, etapa de responsabilidade municipal, e menor concentração no ensino médio, sob gestão estadual, distinção que deve ser considerada para a correta leitura dos dados e para a adequada delimitação das competências federativas.

3.1.5. Análise dos Avanços e Desafios do Plano Municipal de Educação 2015–2025

O Plano Municipal de Educação de Ibotirama, instituído pela Lei nº 004, de 03 de julho de 2015, em consonância com a Lei Federal nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE), constituiu-se como o principal instrumento de planejamento estratégico da política educacional do município ao longo da última década. Sua vigência, prorrogada até 31 de dezembro de 2025 por meio da Lei nº 204/2024, permitiu consolidar ações estruturantes, avaliar resultados alcançados e identificar desafios remanescentes para o fortalecimento da educação básica.

A análise dos avanços e desafios do PME, à luz do Relatório Final de Avaliação da Década e dos dados educacionais consolidados apresentados ao longo do eixo Educação, evidencia que o município avançou de forma consistente no cumprimento de suas atribuições constitucionais, especialmente nas etapas sob sua responsabilidade direta: educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos e educação especial.

Entre os principais **avanços**, destaca-se a ampliação e a manutenção da cobertura educacional, com estabilidade do fluxo escolar e progressiva organização da rede municipal. Os dados do Censo Escolar demonstram capacidade de atendimento preservada ao longo do período, com expansão gradual da oferta em tempo integral, em consonância com a Meta 6 do PME, especialmente nos anos iniciais e finais do ensino fundamental. A implantação e o fortalecimento da educação em jornada ampliada refletem esforço concreto de diversificação das experiências educativas e ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola.

No campo da **qualidade da educação**, os indicadores do IDEB e da Prova Saeb revelam trajetória histórica de crescimento, com consolidação do fluxo escolar em patamares elevados. A taxa de aprovação de 98% nos anos iniciais demonstra eficiência administrativa e acompanhamento sistemático do percurso escolar, criando condições objetivas para que a política educacional avance do acesso para o foco na aprendizagem. Ainda que as metas projetadas de desempenho não tenham sido integralmente atingidas, observa-se evolução contínua nas proficiências em Língua Portuguesa e Matemática, o que evidencia impacto positivo das ações pedagógicas implementadas ao longo da vigência do plano.

Outro avanço relevante refere-se à **educação inclusiva**, com manutenção e ampliação do atendimento educacional especializado. Os dados do Censo indicam crescimento do número de estudantes da educação especial distribuídos nas diferentes etapas da educação básica, reforçando a adoção de práticas inclusivas, a articulação intersetorial e o fortalecimento do acompanhamento pedagógico individualizado, em alinhamento com a Meta 4 do PME.

No que se refere à **Educação de Jovens e Adultos (EJA)**, observa-se avanço expressivo na ampliação do atendimento, especialmente no ensino fundamental, etapa de responsabilidade municipal. O crescimento das matrículas nessa modalidade indica estratégias de busca ativa, recomposição de fluxo escolar e ampliação da oferta, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades educacionais históricas e para o cumprimento das metas voltadas à elevação da escolaridade da população jovem e adulta.

No plano da **gestão e do financiamento**, o município demonstrou aderência às metas do PME relacionadas à sustentabilidade financeira da política educacional. O cumprimento dos índices constitucionais de aplicação mínima em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, aliado à correta aplicação dos recursos do FUNDEB, evidencia compromisso com a valorização dos profissionais da educação e com a manutenção da rede. Soma-se a isso a capacidade de captação de recursos externos, que viabilizou investimentos estruturantes, como a implantação de nova unidade de educação infantil em tempo integral, fortalecendo a infraestrutura educacional sem onerar o Tesouro Municipal.

Ao mesmo tempo, a avaliação da década do PME aponta **desafios persistentes**, que demandam continuidade das ações e planejamento focalizado. Entre eles, destaca-se a consolidação das aprendizagens essenciais, especialmente em Língua Portuguesa, área em que os indicadores ainda exigem intervenções pedagógicas mais específicas e sistemáticas. A redução das desigualdades de desempenho entre os estudantes, particularmente em contextos de maior vulnerabilidade social, permanece como desafio central para o próximo ciclo de planejamento.

Outros desafios relacionam-se à ampliação da infraestrutura escolar em ritmo compatível com a expansão do ensino integral, à qualificação contínua dos profissionais da educação e ao fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e avaliação interna das políticas educacionais, conforme previsto nas metas do PME. Esses aspectos não configuram insuficiências estruturais, mas sim pontos de atenção inerentes à complexidade de uma

política pública decenal, especialmente em municípios de médio porte e com limitações fiscais.

Cabe ressaltar, ainda, que o ensino médio, embora contemplado no PME, constitui competência prioritária da rede estadual. A atuação do município nesse nível manteve-se de forma complementar, por meio do transporte escolar, da articulação interinstitucional e de políticas integradas de permanência, o que deve ser considerado na avaliação global das metas e resultados do plano.

Em síntese, a análise dos avanços e desafios do Plano Municipal de Educação de Ibotirama evidencia que, ao longo de sua vigência, o PME cumpriu papel estruturante na organização da política educacional local. Os resultados alcançados demonstram evolução consistente, responsabilidade fiscal e alinhamento às diretrizes nacionais, ao mesmo tempo em que apontam desafios legítimos e claramente identificados, que orientam a transição para o próximo ciclo de planejamento educacional.

3.1.6. Síntese Avaliativa da Política Municipal de Educação

A política pública de educação do Município de Ibotirama, no exercício de 2025, apresentou desempenho globalmente positivo, caracterizado pela estabilidade do atendimento, pela regularidade fiscal e pela execução de ações alinhadas às metas do Plano Municipal de Educação (PME). A atuação municipal concentrou-se de forma adequada nas etapas de sua competência constitucional, com manutenção da capacidade de atendimento, ampliação gradual do ensino em tempo integral, fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos e consolidação das ações de educação inclusiva.

Os indicadores educacionais evidenciam uma rede estruturada e em processo contínuo de qualificação. Os resultados do IDEB, da Prova Saeb e do Censo Escolar demonstram fluxo escolar estabilizado, redução progressiva da distorção idade-série e evolução gradual das aprendizagens, ainda que persistam desafios relacionados à consolidação do desempenho acadêmico, especialmente em Língua Portuguesa. Esse cenário confirma a necessidade de aprofundamento das estratégias pedagógicas, sem comprometer os avanços já alcançados em acesso, permanência e organização da rede.

Do ponto de vista da gestão e do financiamento, a educação municipal foi conduzida com responsabilidade fiscal, superando os índices constitucionais mínimos de aplicação em

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e assegurando adequada destinação dos recursos do FUNDEB para a valorização dos profissionais da educação. A capacidade de captação de recursos federais permitiu a execução de investimentos estruturantes, com destaque para a ampliação da infraestrutura da educação infantil em tempo integral, em consonância com as metas do PME e com as diretrizes nacionais.

A análise do PME ao longo de sua vigência reforça que o município avançou de forma consistente na organização da política educacional, mesmo diante de limitações estruturais e fiscais. Os desafios remanescentes, longe de indicarem fragilidades críticas, apontam prioridades legítimas para o próximo ciclo de planejamento, especialmente no que se refere à melhoria da qualidade da aprendizagem, à redução das desigualdades educacionais e à ampliação sustentável do ensino integral.

Em síntese, a política pública de educação de Ibotirama em 2025 revela uma gestão tecnicamente orientada, fiscalmente responsável e institucionalmente alinhada ao PME, com resultados concretos e bases sólidas para o aprofundamento das ações educacionais nos exercícios subsequentes.

3. 2. SAÚDE

Este capítulo apresenta uma análise técnica e circunstanciada da área da saúde em Ibotirama, estruturada para demonstrar a eficiência da gestão e o impacto das políticas públicas no bem-estar da população. A exposição organiza-se a partir da estrutura de governança do SUS local e da transição demográfica que molda a demanda por serviços, seguida por um diagnóstico epidemiológico baseado em dados de morbidade e mortalidade. Adicionalmente, são detalhados os indicadores de produção assistencial em todos os níveis de atenção, a capacidade instalada da rede e o rigoroso cumprimento do investimento orçamentário constitucional. O objetivo é oferecer total transparência sobre os resultados alcançados e os dados que fundamentam a sustentabilidade do sistema de saúde municipal.

3.2.1. Estrutura Institucional e Governança do SUS

O Município de Ibotirama dispõe de estrutura administrativa compatível com suas atribuições no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), contando com Secretaria Municipal de Saúde formalmente instituída, Fundo Municipal de Saúde ativo e Plano Municipal de Saúde vigente. O município integra, de forma regular, a Região de Saúde de Ibotirama, inserindo-se no processo de regionalização e organização interfederativa da assistência à saúde.

O Conselho Municipal de Saúde encontra-se regularmente constituído e em funcionamento contínuo, assegurando o exercício do controle social, a apreciação dos instrumentos de planejamento e a fiscalização da execução das políticas públicas de saúde, em conformidade com a Lei Federal nº 8.142/1990 e demais normativas aplicáveis.

3.2.2. Perfil Demográfico e Transição Populacional

O município de Ibotirama apresenta uma população estimada de 27.723 habitantes, com uma distribuição que revela um processo de amadurecimento demográfico. Embora haja uma concentração nas faixas etárias economicamente ativas, observa-se uma tendência progressiva de envelhecimento: a população com 60 anos ou mais já representa aproximadamente 14,8% do total (4.112 pessoas). Este cenário justifica a pressão

observada nos indicadores de saúde por doenças crônicas não transmissíveis, exigindo que as políticas públicas priorizem a atenção integral à pessoa idosa e o controle de agravos degenerativos.

No campo da natalidade, os registros do SINASC confirmam essa transição ao demonstrarem uma redução gradual no número de nascidos vivos, que declinou de 398 em 2022 para 349 em 2024. Esse decréscimo na taxa de natalidade, somado ao aumento da longevidade, orienta o redirecionamento estratégico das ações de saúde: enquanto a rede materno-infantil deve focar na qualificação e segurança (Rede Cegonha), as equipes de Saúde da Família precisam intensificar o manejo de condições crônicas para responder à nova realidade da pirâmide etária municipal.

3.2.3. Perfil Epidemiológico

O perfil epidemiológico representa a análise técnica da situação de saúde da população, permitindo identificar as doenças e agravos mais frequentes em um território. Essa ferramenta é essencial para o planejamento público, pois transforma dados estatísticos em informações estratégicas que orientam a aplicação de recursos e a formulação de ações preventivas e assistenciais.

A construção deste perfil baseia-se no acompanhamento de dois indicadores fundamentais: a morbidade, que detalha as principais causas de internação hospitalar, e a mortalidade, que identifica as causas de óbito. Enquanto as internações sinalizam a demanda por cuidados agudos e a resolutividade da atenção básica, os óbitos revelam o impacto final dos agravos à saúde no município.

Nota Técnica: As informações expostas a seguir foram extraídas do sistema DigiSUS, com data de consulta em 05/01/2026. Ressalta-se que os dados de 2025 referentes à morbidade estão em fase de consolidação e podem sofrer alterações conforme o processamento dos fluxos de transmissão de dados entre o município e o Ministério da Saúde. Para o indicador de mortalidade, o recorte consolidado compreende o período de 2021 a 2024.

3.2.3.1. Morbidade Hospitalar

A avaliação dos indicadores de morbidade hospitalar no município, compreendida entre os anos de 2021 e 2025, revela um cenário de transição epidemiológica que exige monitoramento contínuo. Em 2025, o município alcançou um volume total de 2.195 internações, o que representa uma redução em relação ao pico registrado em 2024, de 2.355 casos. Esse movimento sugere um avanço na capacidade de manejo clínico, embora a concentração de casos em grupos específicos aponte para áreas que ainda demandam intervenções estratégicas da Atenção Primária.

No que tange à saúde materno-infantil, o grupo relacionado à gravidez, parto e puerpério permanece como a principal causa de hospitalização, com 422 registros em 2025. Este dado reafirma o compromisso municipal com a Rede Cegonha, evidenciando que a assistência ao parto e ao nascimento é a maior demanda hospitalar programada da nossa população.

Por outro lado, o relatório identifica um sinal de alerta no grupo das doenças do aparelho circulatório. Este segmento apresentou um crescimento expressivo, saltando de 194 casos em 2024 para 290 internações em 2025. Tal incremento demonstra que, apesar dos esforços em vigilância, as condições crônicas como hipertensão e insuficiência cardíaca continuam a pressionar a rede de urgência, consolidando este grupo como um dos maiores desafios para a gestão municipal no próximo ciclo.

A análise também destaca a relevância das causas externas (lesões e envenenamentos), que somaram 277 internações em 2025. Este resultado reflete o impacto social de acidentes e violências, reforçando a necessidade de políticas públicas intersetoriais que unam saúde, segurança e educação. Adicionalmente, as internações por doenças do aparelho digestivo (225 casos) e geniturinário (222 casos) completam o perfil de maior prevalência, indicando patologias que possuem forte potencial de resolutividade nas Unidades Básicas de Saúde através de diagnósticos precoces e tratamentos ambulatoriais eficazes.

3.2.3.2. Mortalidade

A avaliação dos indicadores de mortalidade entre 2021 e 2024 revela um perfil epidemiológico consolidado, caracterizado pela predominância de doenças crônicas não transmissíveis e causas externas. Em 2024, o município registrou um total de 230 óbitos, mantendo a estabilidade em relação aos anos anteriores e permitindo um planejamento sanitário baseado em tendências históricas previsíveis.

As doenças do aparelho circulatório reafirmam-se como a principal causa de mortalidade, totalizando 58 óbitos em 2024. Este dado é particularmente relevante quando correlacionado ao aumento de internações por essa mesma causa em 2025, evidenciando que as patologias cardiovasculares representam o maior desafio para a rede de cuidado integral. Logo em seguida, as neoplasias (tumores) figuram como a segunda causa de morte, com 32 registros, demonstrando um crescimento gradual que exige atenção contínua aos programas de rastreamento oncológico.

O relatório também destaca a relevância das doenças do aparelho respiratório e dos sintomas e sinais anormais (causas mal definidas), ambos com 26 óbitos em 2024. O número de causas mal definidas reforça a importância de aprimorar a investigação dos óbitos no âmbito municipal. Adicionalmente, as causas externas, que englobam acidentes e violências, somaram 23 óbitos, mantendo-se como um fator de impacto social significativo.

A convergência entre os altos índices de óbitos circulatórios e o aumento subsequente das internações por esta causa sublinha a urgência em fortalecer o acompanhamento ambulatorial de hipertensos e diabéticos na Atenção Primária, visando reduzir as complicações fatais e otimizar a longevidade da população.

3.2.4. Produção e Cobertura Assistencial

3.2.4.1. Atenção Primária à Saúde

A Atenção Primária à Saúde apresenta desempenho expressivo, sustentado pela cobertura universal da Estratégia Saúde da Família (ESF). No período analisado, foram registradas 225.053 visitas domiciliares, 42.807 atendimentos individuais, 109.522 procedimentos e 14.785 atendimentos odontológicos, evidenciando forte vínculo territorial, elevada utilização dos serviços e efetividade das ações desenvolvidas pelas equipes multiprofissionais.

Esses indicadores reforçam o papel da Atenção Primária como ordenadora do cuidado e principal porta de entrada do sistema, contribuindo para a organização da rede assistencial e para a redução de demandas evitáveis na média e alta complexidade.

3.2.4.2. Urgência e Emergência

A rede de urgência e emergência municipal apresentou produção relevante, com o registro de 1.984 Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) pagas. Estes dados evidenciam uma pressão assistencial contínua, que é absorvida majoritariamente pela estrutura hospitalar local. A resolutividade desses casos reforça a importância da integração entre os serviços de pronto-atendimento e a rede de média e alta complexidade, assegurando suporte imediato às demandas agudas da população.

3.2.4.2.1. Gestão e Manutenção do Hospital Regional Velho Chico (HRVC)

O fortalecimento da rede de urgência e da alta complexidade em Ibotirama consolidou-se com a municipalização do Hospital Regional, formalizada pela Resolução CIB nº 031/2019, que transferiu a gestão plena da unidade para a Prefeitura Municipal. Desde então, o Município assegura o funcionamento ininterrupto da unidade, posicionando-a como o principal suporte para as emergências de toda a região do Médio São Francisco.

Este processo de gestão municipal evoluiu para uma transformação histórica em setembro de 2025, com a inauguração do novo complexo hospitalar. É fundamental destacar que a ampla estruturação física e tecnológica da unidade que recebeu investimentos de quase R\$ 98 milhões foi integralmente realizada pelo Governo do Estado

da Bahia. Sob a administração da Prefeitura, o novo Hospital Regional Velho Chico expandiu sua capacidade para 89 leitos, incluindo a implantação de 19 leitos de UTI, garantindo que a moderna infraestrutura estadual se converta em atendimento ágil, humano e de alta resolutividade para a população local.

3.2.4.3. Atenção Psicossocial

A atenção psicossocial contabilizou 1.033 atendimentos ambulatoriais, indicando funcionamento regular do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e manutenção da oferta de cuidado em saúde mental. Embora os resultados demonstrem continuidade da assistência, observa-se a necessidade de fortalecimento das ações territorializada e do cuidado longitudinal, especialmente diante das demandas psicossociais crescentes no território.

3.2.4.4. Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar

Registra-se volume expressivo de procedimentos diagnósticos e clínicos, com mais de 77.000 procedimentos ambulatoriais e execução financeira superior a R\$ 1.500.000,00 em internações hospitalares. Esses dados evidenciam a relevância da média e alta complexidade regionalizada para o atendimento das demandas que extrapolam a capacidade resolutiva da Atenção Primária.

3.2.4.5. Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica

A vigilância em saúde apresentou produção consistente, com 4.997 procedimentos aprovados, concentrados em ações de promoção, prevenção, diagnóstico e controle de agravos, demonstrando regularidade das atividades de vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental.

No que se refere à assistência farmacêutica, o Componente Especializado permanece sob gestão estadual, conforme estabelecido na Política Nacional de Assistência Farmacêutica, não havendo produção diretamente vinculada à esfera municipal nesse componente, conforme registrado nos sistemas oficiais.

3.2.5. Capacidade Instalada e Gestão do Trabalho

A rede física prestadora de serviços ao SUS é composta por 51 estabelecimentos cadastrados no CNES, sendo 47 sob gestão municipal, o que confirma a centralidade do município na organização da rede local de saúde. Destaca-se o avanço da obra da Unidade Satélite XIXÁ, com 94% de execução física, ampliando a capacidade instalada e o acesso aos serviços.

Quanto à força de trabalho, observa-se predominância de vínculos temporários e cargos em comissão, característica comum a municípios de pequeno porte. Esse cenário demanda planejamento contínuo da gestão do trabalho, com foco na sustentabilidade da força laboral, na redução da rotatividade e na qualificação permanente dos profissionais.

3.2.6 Execução Orçamentária e Financeira da Saúde

Conforme demonstrado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) da Saúde, no período de janeiro a dezembro de 2025, o Município de Ibotirama aplicou 16,22% da receita resultante de impostos e transferências constitucionais e legais em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), considerando as despesas liquidadas, percentual superior ao mínimo constitucional de 15% estabelecido pela Lei Complementar nº 141/2012.

O valor liquidado em ASPS totalizou R\$ 11.905.063,63, superando a despesa mínima exigida de R\$ 11.006.509,56, o que resultou em excedente de R\$ 898.554,07. Observa-se elevado grau de execução orçamentária, com 93,47% das despesas liquidadas e 92,89% das despesas pagas, além da inexistência de restos a pagar não processados inscritos sem disponibilidade financeira ou de valores a compensar de exercícios anteriores.

A execução por subfunções demonstra alinhamento entre o gasto público e o perfil assistencial do município, com maior concentração de recursos na Atenção Básica, Assistência Hospitalar e Ambulatorial e Vigilâncias em Saúde, evidenciando coerência entre planejamento, execução e necessidades sanitárias do território, ressalvada a consolidação definitiva dos dados ao final do exercício.

3.2.6.1. Captação de Recursos Extraordinários e Emendas Parlamentares

A gestão municipal de Ibotirama demonstrou alta capacidade de captação de recursos externos para sustentar a expansão dos serviços de saúde em 2025. Enquanto a dotação inicial prevista para a Assistência Hospitalar e Ambulatorial era de R\$ 32.630.000,00, a necessidade operacional de manter o Hospital Regional e a rede especializada em pleno funcionamento elevou o montante efetivamente liquidado para R\$ 47.243.000,31. Esse esforço financeiro foi viabilizado pelo ingresso estratégico de recursos junto ao Fundo Nacional de Saúde:

- **Custeio MAC (Programa):** Foram realizados R\$ 3.998.000,00 em recursos ordinários do programa federal de Média e Alta Complexidade, destinados à manutenção regular dos serviços e procedimentos especializados.
- **Incremento MAC (Emendas):** A articulação política da gestão garantiu o aporte de R\$ 7.247.000,00 em recursos extras via emendas parlamentares (Comissão e Individual), que foram fundamentais para cobrir o déficit operacional e manter a capacidade de atendimento hospitalar.
- **Incremento PAP (Emendas):** Para a Atenção Básica, a administração viabilizou R\$ 6.971.000,00 em emendas (Comissão e Individual), assegurando o suporte financeiro indispensável para as ações preventivas, visitas domiciliares e o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde.

No total, o Município logrou êxito em captar mais de R\$ 18,2 milhões em recursos de custeio (somando programas e emendas), permitindo que o sistema de saúde funcione sem sobrecarregar exclusivamente o Tesouro Municipal. Essa estratégia de financiamento reafirma a competência da administração em buscar fontes diversificadas de receita, garantindo um sistema público, gratuito e de qualidade para todos os cidadãos Ibotiramenses.

3.2.7. Síntese Avaliativa da Política Municipal de Saúde

A avaliação consolidada da política municipal de saúde em 2025 revela um cenário de equilíbrio entre a eficiência administrativa e a responsabilidade social. O Município não apenas cumpriu, mas superou o piso constitucional ao aplicar 16,22% da receita em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), resultando em um investimento de R\$ 11.905.063,63 um excedente de R\$ 898.554,07 acima do mínimo exigido pela Lei Complementar nº 141/2012. Este rigor fiscal é acompanhado por uma alta resolutividade financeira, com 93,47% das despesas efetivamente liquidadas.

No campo assistencial, a robustez da Atenção Primária, sustentada por mais de 225 mil visitas domiciliares e 109 mil procedimentos, reafirma o papel do município como ordenador eficaz do cuidado. Este suporte básico foi fortalecido pela captação estratégica de R\$ 6.971.000,00 em emendas (PAP), garantindo a sustentabilidade das ações territoriais. A infraestrutura física também avançou com a gestão de 47 estabelecimentos municipais e o estágio de 94% de execução física da Unidade Satélite XIXÁ.

O grande diferencial do exercício foi a consolidação da média e alta complexidade através da gestão plena do Hospital Regional Velho Chico, municipalizado em 2019 e ampliado em 2025 com investimentos estaduais de quase R\$ 98 milhões. Para manter a operação desta unidade de 89 leitos (incluindo UTI), a gestão elevou o investimento na Subfunção 302, saltando de uma dotação de R\$ 32,6 milhões para R\$ 47,2 milhões liquidados. Esse salto foi suportado pela captação de R\$ 11.245.000,00 em recursos de custeio e incrementos MAC (emendas e programa), garantindo alta tecnologia sem comprometer o Tesouro Municipal.

Epidemiologicamente, os dados de 2025 confirmam um perfil de transição, com aumento de 49% nas internações por doenças circulatórias e predominância destas como principal causa de morte (58 óbitos). Tais indicadores, somados ao envelhecimento populacional de 14,8%, orientam a priorização futura do acompanhamento de condições crônicas. Em suma, o exercício encerra-se com uma rede hígida, metas superadas e uma gestão proativa que garante a sustentabilidade e o fortalecimento do sistema de saúde Ibotiramense.

3.3. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Este capítulo detalha a execução da Política de Assistência Social em Ibotirama ao longo de 2025, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), evidenciando as estratégias adotadas para o enfrentamento das vulnerabilidades e o fortalecimento da proteção social no território. A exposição organiza-se a partir do diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas e da análise da execução orçamentária, destacando o esforço fiscal municipal diante do subfinanciamento das esferas superiores. Adicionalmente, são apresentados os resultados dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o BPC, o funcionamento da rede física de atendimento composta por CRAS, CREAS e Centros de Convivência e os indicadores de gestão e controle social. O objetivo é oferecer um panorama fidedigno da capacidade de resposta da rede socioassistencial e da eficiência administrativa na promoção da inclusão social.

3.3.1. Contexto e Diretrizes da Política Socioassistencial

A Política de Assistência Social do Município, executada no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), manteve ao longo de 2025 a regularidade das ações de proteção social básica e especial, com foco na garantia de direitos, redução de vulnerabilidades sociais e fortalecimento das famílias e indivíduos em situação de risco. As ações desenvolvidas abrangeram serviços continuados, benefícios eventuais, acompanhamento familiar, vigilância socioassistencial e articulação intersetorial, em consonância com as diretrizes nacionais e o planejamento municipal.

O contexto socioeconômico local evidencia elevada demanda por proteção social. Conforme dados do Cadastro Único para Programas Sociais, o município registrou, em dezembro de 2025, 8.213 famílias cadastradas, das quais 4.428 encontram-se em situação de pobreza e 1.321 em condição de baixa renda, totalizando 18.809 pessoas cadastradas, sendo 11.095 em situação de pobreza. Esses indicadores reforçam a centralidade da política socioassistencial como instrumento estruturante de enfrentamento das desigualdades sociais e de promoção da proteção social no território.

3.3.2. Execução Orçamentária e Financeira

No exercício de 2025, a Assistência Social contou com dotação inicial de R\$ 5.515.000,00, posteriormente atualizada para R\$ 4.698.985,21, conforme registros do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Até o bimestre de referência, as despesas liquidadas acumuladas totalizaram R\$ 2.796.530,72, correspondendo a aproximadamente 59,5% da dotação atualizada, percentual compatível com o estágio de execução do exercício e com a natureza continuada dos serviços socioassistenciais.

Considerando as receitas correntes previstas do Município, estimadas em R\$ 222.258.000,00, a despesa liquidada em Assistência Social representou cerca de 1,26% das receitas correntes, evidenciando o esforço fiscal municipal na alocação de recursos próprios para complementação do financiamento da política, em articulação com os repasses da União e do Estado. Ressalta-se que não houve inscrição de restos a pagar não processados, demonstrando adequação da programação financeira, controle da execução orçamentária e regularidade fiscal no período analisado.

O saldo orçamentário remanescente mantém-se compatível com a dinâmica da política pública, cuja execução ocorre de forma continuada ao longo do exercício, especialmente em função da manutenção de contratos vigentes, da execução permanente dos serviços e da dependência de cronogramas específicos de repasse intergovernamental.

3.3.3. Repasses e Financiamento do SUAS

Os recursos vinculados à Assistência Social são majoritariamente oriundos de transferências federais e estaduais, destinadas ao custeio da gestão do SUAS, aos serviços de proteção social básica e especial e à execução de programas e ações estratégicas. Em 2025, os repasses ao Fundo Municipal de Assistência Social totalizaram R\$ 670.705,22, contemplando recursos do IGD-PBF, serviços continuados, Primeira Infância no SUAS, PROCAD-SUAS e demais componentes da proteção social.

Ainda assim, tais valores mostraram-se insuficientes diante da elevada demanda existente, exigindo aporte significativo de recursos próprios para assegurar a continuidade, regularidade e qualidade dos serviços socioassistenciais, evidenciando o compromisso da gestão municipal com a proteção social da população.

3.3.4 . PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

3.3.4.1. Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família manteve papel estruturante na proteção social das famílias em situação de vulnerabilidade. Em dezembro de 2025, o programa beneficiou 4.187 famílias, alcançando 11.158 pessoas, com valor médio mensal de R\$ 702,00 e repasse mensal aproximado de R\$ 2,92 milhões.

Foram concedidos 19.972 benefícios, distribuídos entre Benefício de Renda de Cidadania, benefícios complementares, Primeira Infância e benefícios variáveis destinados a crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, evidenciando o alcance e a relevância do programa na redução da insegurança de renda, no enfrentamento da pobreza e no fortalecimento da proteção social. Embora esses recursos não integrem o orçamento municipal, exercem impacto direto sobre a segurança alimentar das famílias e a dinâmica econômica local.

3.3.4.2. Benefício de Prestação Continuada (BPC)

O Benefício de Prestação Continuada apresentou expressividade relevante ao longo do exercício, com 1.363 beneficiários em dezembro de 2025, sendo 944 pessoas com deficiência e 419 idosos, totalizando R\$ 25.244.987,36 repassados no ano. Esse volume de recursos reforça a importância da articulação entre a Assistência Social, a Saúde e outras políticas públicas no atendimento às populações em maior vulnerabilidade, especialmente no cuidado de condições crônicas e no acesso a serviços especializados.

3.3.5. Rede Socioassistencial e Serviços

A rede socioassistencial municipal manteve funcionamento regular, com estrutura composta por 02 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), 01 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS Municipal), 04 Centros de Convivência e 01 Posto de Cadastramento do Cadastro Único, assegurando cobertura territorial e continuidade dos atendimentos.

As ações priorizaram o acompanhamento de famílias pelo CRAS e CREAS, a prevenção e o enfrentamento de situações de violação de direitos, o fortalecimento de vínculos

familiares e comunitários, a ampliação das ações de vigilância socioassistencial, a educação permanente das equipes técnicas, a gestão qualificada dos programas de transferência de renda e a articulação intersetorial com Saúde, Educação, Cultura e demais políticas públicas, com atenção especial a crianças, adolescentes, idosos e mulheres em situação de vulnerabilidade.

No âmbito da Proteção Social Básica, destaca-se a atuação do CRAS Dr. Djalma Paiva Bernardes, que, ao longo de 2025, realizou 2.172 atendimentos particularizados, com média mensal de 181 atendimentos, evidenciando elevada demanda por acompanhamento individual e familiar no território. Esse volume expressivo de atendimentos confirma o papel do CRAS como principal porta de entrada do SUAS no município e como referência no acompanhamento sistemático das famílias em situação de vulnerabilidade social.

A atuação territorial da equipe foi reforçada pelo número significativo de visitas domiciliares, totalizando 1.130 registros no exercício, com média mensal de 94,17 visitas, demonstrando estratégia ativa de busca ativa e acompanhamento direto das famílias, especialmente daquelas com dificuldades de acesso aos atendimentos presenciais ou em situações de maior vulnerabilidade social.

No que se refere à concessão de benefícios eventuais, observa-se elevada demanda por respostas imediatas às necessidades sociais, com a concessão de 1.186 outros benefícios eventuais, além de 63 auxílios-natalidade e 14 auxílios-funeral, evidenciando a relevância do CRAS na garantia da proteção social básica e no atendimento a situações emergenciais e contingenciais.

A articulação com a Proteção Social Especial também esteve presente, com o encaminhamento de 6 famílias ao CREAS, indicando a identificação qualificada de situações que demandam acompanhamento especializado. Adicionalmente, foram realizados encaminhamentos ao Cadastro Único, com 6 famílias para inclusão e 8 para atualização cadastral, reforçando o papel estratégico do CRAS na ampliação do acesso às políticas públicas e aos programas de transferência de renda.

3.3.6. Gestão, Monitoramento e Controle Social

A Secretaria Municipal de Assistência Social avançou na organização administrativa, na educação permanente das equipes e no fortalecimento do controle social, com atuação regular do Conselho Municipal de Assistência Social. As ações de monitoramento, planejamento e articulação intersetorial contribuíram para a qualificação da oferta dos serviços e para o aprimoramento da gestão.

No âmbito da gestão, registrou-se Índice de Gestão Descentralizada do Bolsa Família (IGD-M) de 0,89, evidenciando eficiência administrativa, regularidade cadastral e cumprimento das condicionalidades, ainda que persistam desafios relacionados à ampliação do acompanhamento nas áreas de saúde e educação.

3.3.7. Síntese Avaliativa da Política Municipal de Assistência Social

No exercício de 2025, a política de Assistência Social apresentou consistência administrativa, alinhamento às normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e efetiva capacidade de resposta às demandas sociais prioritárias, assegurando a manutenção dos serviços essenciais, o custeio das equipes técnicas, o funcionamento regular da rede de atendimento e o adequado controle da execução financeira, em conformidade com o cronograma estabelecido. A atuação da Proteção Social Básica evidenciou elevada capacidade operacional, expressa no volume significativo de atendimentos particularizados, na realização sistemática de visitas domiciliares e na concessão de benefícios eventuais, caracterizando presença territorial ativa, estratégia de busca ativa e resposta oportuna às situações de vulnerabilidade social.

A rede socioassistencial demonstrou-se funcional e articulada, com adequada identificação de demandas que exigiram encaminhamento à Proteção Social Especial, bem como com a atuação contínua do CRAS como principal porta de entrada para o acesso ao Cadastro Único e aos programas de transferência de renda, fortalecendo a integração entre serviços, benefícios e demais políticas públicas.

Persistem, contudo, desafios estruturais que devem orientar o planejamento dos exercícios subsequentes, destacando-se o subfinanciamento do SUAS, a elevada dependência de transferências intergovernamentais, a necessidade de ampliação da cobertura territorial dos serviços, o crescimento da demanda por atendimentos

especializados, o fortalecimento da capacidade operacional da rede socioassistencial e o aprimoramento contínuo da gestão da informação e dos sistemas de registro, incluindo o acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação.

Esses elementos devem ser considerados de forma articulada no planejamento municipal, reafirmando o compromisso da gestão com o fortalecimento da política socioassistencial, a proteção social das famílias e a promoção da inclusão social no território, em consonância com as demais políticas públicas que compõem o relatório consolidado.

3.4. CULTURA

A política pública de Cultura em Ibotirama, durante o exercício de 2025, foi conduzida a partir de uma estratégia de gestão orientada pela preservação das tradições históricas locais e pelo fortalecimento dos mecanismos institucionais de fomento e participação social, em consonância com o Sistema Municipal de Cultura. A atuação municipal priorizou a manutenção e qualificação do calendário cultural e a implementação de políticas nacionais de fomento, com destaque para a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), por meio de editais e processos de escuta pública.

A divulgação institucional das ações culturais evidencia a execução contínua de festivais, festejos tradicionais, eventos juninos, manifestações culturais populares e religiosas, além de atividades formativas e de valorização do patrimônio imaterial, situando a cultura como política pública transversal ao desenvolvimento local.

3.4.1. Execução Orçamentária e Fomento à Difusão Cultural

A análise do RREO, Anexo 2, demonstra que a cultura foi tratada como setor estratégico da gestão municipal, com dotação orçamentária atualizada de R\$ 6.484.919,39. Desse montante, o Município liquidou R\$ 5.607.785,18, evidenciando elevada capacidade de execução e a efetiva conversão do planejamento setorial em ações realizadas no território.

A maior parcela da execução concentrou-se na subfunção de Difusão Cultural, que absorveu R\$ 5.137.381,34, destinados à realização de um amplo conjunto de eventos culturais, festejos tradicionais e religiosos, apoio direto a grupos culturais organizados, ações formativas, capacitações em artes e gestão cultural, bem como à implantação, estruturação e manutenção de equipamentos culturais, mantendo viva a identidade cultural do município e ampliando o acesso da população às ações culturais.

Esses investimentos refletem a priorização da cultura como instrumento de inclusão social, dinamização econômica e valorização dos fazedores de cultura locais, em consonância com os instrumentos de planejamento e com as diretrizes do Sistema Municipal de Cultura.

Na esfera administrativa, a gestão apresentou equilíbrio e regularidade, com a liquidação de R\$ 470.403,84, assegurando o funcionamento institucional da política cultural, o suporte técnico necessário à execução das ações e a manutenção da estrutura administrativa da pasta, sem registro de acúmulo de pendências financeiras.

No que se refere à regularidade fiscal, os dados do RREO – Anexo 7 evidenciam gestão responsável do Fundo Municipal de Cultura, com a quitação integral de R\$ 885.773,00 em restos a pagar processados, bem como a liquidação e o pagamento da totalidade dos R\$ 24.674,28 referentes a restos a pagar não processados. A liquidação integral dessas obrigações assegura o encerramento do exercício com plena regularidade financeira, reforçando a credibilidade da gestão pública junto aos agentes culturais, fornecedores e parceiros institucionais, além de garantir segurança jurídica e administrativa para a continuidade das ações culturais.

3.4.2. Resultados do Exercício e Eixos de Implementação da Política Municipal de Cultura

A gestão municipal consolidou a política cultural como um pilar de cidadania, identidade e coesão social, superando a lógica restrita da realização de eventos para estruturar uma estratégia de territorialização da cultura. A atuação concentrou-se no empoderamento das comunidades, na salvaguarda das tradições locais e na efetivação do direito constitucional de acesso aos bens culturais, garantindo a presença da cultura de forma descentralizada e acessível a toda a população Ibotiramense.

Eixo I – Identidade, Tradição e Mobilização Comunitária

O fortalecimento dos festejos populares e religiosos foi conduzido como política de preservação do patrimônio cultural imaterial, e não como ações pontuais. Ao valorizar o calendário tradicional, a gestão reafirmou a identidade cultural local como elemento estruturante da convivência social, transformando celebrações coletivas em instrumentos de mobilização comunitária, pertencimento e continuidade das práticas culturais transmitidas entre gerações.

Eixo II – Fomento, Governança e Democratização do Acesso

No campo do fomento cultural, a implementação de editais públicos e a realização de ações de capacitação representaram um avanço na institucionalização da política cultural, consolidando uma gestão técnica, transparente e orientada por critérios públicos. Essas iniciativas estimularam a produção artística local, promoveram a desconcentração dos recursos e ampliaram o acesso de agentes culturais aos mecanismos de incentivo, fortalecendo a diversidade e a pluralidade das expressões culturais no município.

Paralelamente, as ações voltadas à profissionalização dos fazedores de cultura contribuíram para o aprimoramento da gestão cultural local, ampliando a autonomia dos agentes e qualificando a organização do setor. A política de circulação cultural, por sua vez, buscou descentralizar as manifestações artísticas, assegurando que a produção cultural alcançasse diferentes territórios e públicos, fortalecendo o vínculo entre cultura, território e cidadania.

3.4.3. Síntese Avaliativa da Política Municipal de Cultura

A execução da política cultural em 2025 evidencia uma gestão que combinou a realização contínua de ações no território com o fortalecimento dos instrumentos institucionais de fomento, participação social e governança cultural. A articulação entre planejamento, execução orçamentária e implementação das ações demonstra que a cultura foi tratada como política pública estruturada, integrada ao desenvolvimento local e orientada pela valorização das identidades culturais do município.

Os resultados alcançados refletem a priorização da difusão cultural, do apoio às manifestações tradicionais e do fortalecimento dos agentes culturais, com destaque para a realização de eventos, a implementação de editais públicos, a promoção de ações formativas e a preservação do patrimônio cultural imaterial. Esse conjunto de iniciativas contribuiu para ampliar o acesso da população aos bens culturais, fortalecer o sentimento de pertencimento e estimular a economia criativa local.

A regularidade da execução financeira, aliada à atuação dos mecanismos de controle e à adoção de práticas de gestão transparente, conferiu solidez administrativa à política cultural, assegurando a continuidade das ações e a credibilidade institucional junto aos agentes culturais e à sociedade.

Dessa forma, o exercício consolida bases consistentes para o fortalecimento da política municipal de cultura, evidenciando capacidade de resposta às demandas do território, compromisso com a democratização do acesso à cultura e alinhamento às diretrizes do Sistema Municipal de Cultura, em perspectiva de continuidade e aperfeiçoamento das ações nos exercícios subsequentes.

3.5. ESPORTE E LAZER

A política pública de Esporte e Lazer em Ibotirama, no exercício de 2025, consolidou-se como instrumento estratégico de integração social, inclusão, promoção da cidadania e fomento à economia local. A atuação municipal esteve orientada pelo fortalecimento do esporte amador, pela ampliação do acesso às práticas esportivas e pela implementação de ações inclusivas, articulando esporte, saúde, cultura e bem-estar social.

A gestão priorizou o fortalecimento de projetos territoriais e a realização de eventos de grande alcance popular, com destaque para as competições que integraram o calendário comemorativo dos 67 anos de emancipação política do município. Por meio da articulação entre a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer e entidades esportivas parceiras, o município vivenciou uma agenda contínua e diversificada, contemplando múltiplas modalidades, diferentes faixas etárias e ações voltadas à inclusão social.

3.5.1. Execução Orçamentária e Desempenho Financeiro

A análise do RREO – Anexo 2 (LRF, art. 52, inciso II, alínea “c”) evidencia o compromisso orçamentário da gestão municipal com a política de Esporte e Lazer, demonstrando uma execução direcionada à entrega efetiva de ações e serviços à comunidade, com adequada correspondência entre planejamento e execução financeira.

No exercício de 2025, a função Desporto e Lazer contou com dotação orçamentária atualizada no montante de R\$ 1.045.000,00, dos quais R\$ 819.982,62 foram devidamente liquidados, correspondendo a uma execução de 78,46% da dotação disponível. A totalidade da despesa liquidada concentrou-se na subfunção Lazer, refletindo o custeio das competições esportivas, campeonatos municipais, torneios interbairros, provas atléticas e demais eventos comunitários realizados ao longo do exercício.

Registra-se, ainda, a inexistência de Restos a Pagar Não Processados ao final do período, evidenciando gestão financeira eficiente, responsável e em conformidade com o cronograma de pagamentos, bem como aderência aos princípios da legalidade, transparência e equilíbrio fiscal, assegurando a continuidade das ações esportivas e de lazer no município.

3.5.2. Execução das Ações Esportivas no Exercício

No exercício de 2025, a política municipal de Esporte e Lazer caracterizou-se pela ampliação e diversificação das modalidades esportivas, pela consolidação de um calendário competitivo contínuo e pela institucionalização de programas voltados à cidadania, à inclusão social e ao fortalecimento do esporte amador, reafirmando o esporte como política pública estruturante e territorializada.

No campo normativo e institucional, registra-se a tramitação do Projeto de Lei nº 002/2025, de iniciativa do Poder Legislativo, que propõe a instituição do programa “Esporte e Lazer Inclusivos para Crianças e Adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)”. A proposição reforça o debate sobre a ampliação de políticas esportivas inclusivas no âmbito municipal, constituindo referência para o planejamento futuro do setor, sem caracterizar execução no exercício.

As comemorações alusivas aos 67 anos de emancipação política do município foram acompanhadas por programação esportiva expressiva, integrando o esporte ao calendário cívico e cultural local. Destacam-se a realização da 4ª Taça Basquete, da Corrida da Emancipação — promovida pela Associação de Ciclismo e Atletismo de Ibotirama (ACAIB), em 10 de agosto — e do 4º Campeonato de Jiu-Jitsu Esportivo Futuro, consolidando o esporte como componente estruturante das celebrações institucionais e como instrumento de mobilização social e participação comunitária.

No âmbito do fomento ao esporte amador, foram realizados o Campeonato Ibotiramense de Futebol 2025, o Torneio de Futsal na Praça de Eventos, a Liga Futsal Sub-20 e a Semana do Futsal, contemplando categorias masculinas e femininas. Paralelamente, mantiveram-se ações contínuas de incentivo às artes marciais, com a realização de campeonatos de Karatê e Judô, valorizando a formação esportiva, a disciplina e a dedicação dos atletas locais.

A gestão promoveu, ainda, a integração territorial e regional por meio da realização do Campeonato Interbairros Society 2025, estratégia voltada à descentralização da prática esportiva e à ampliação do acesso da população aos eventos esportivos. Soma-se a esse conjunto a participação do município na 2ª Edição da Copa Velho Chico, fortalecendo vínculos esportivos, institucionais e regionais.

Ao longo do exercício, a rede esportiva municipal manteve-se ativa e funcional, com a manutenção de espaços esportivos em funcionamento e apoio contínuo a atletas, equipes, associações e ligas esportivas, assegurando fluidez ao calendário esportivo e ocupação positiva dos espaços públicos. As ações esportivas foram articuladas de forma transversal com as áreas de turismo e saúde, ampliando seus efeitos sociais e promovendo hábitos saudáveis e convivência comunitária.

No plano institucional, registra-se a declaração de utilidade pública da Associação de Esporte da Mulher / GTF, por meio do Projeto de Lei nº 001/2025, iniciativa do Poder Legislativo, que reconhece a relevância social da atuação da entidade no campo esportivo. Soma-se a esse contexto a elaboração da proposta técnica do Plano Municipal de Esportes, iniciada em março de 2025, enquanto instrumento de planejamento estratégico voltado à organização, coordenação e sustentabilidade da política esportiva municipal.

Como culminância simbólica desse conjunto de ações, o desempenho da equipe Ibotiramense na 2ª Copa Velho Chico materializou, em campo, os resultados de uma política esportiva construída com valorização, cuidado e respeito aos atletas locais. A conquista do título, com a vitória por 5 a 2 sobre o município de Oliveira dos Brejinhos, ultrapassa o resultado esportivo e traduz o orgulho coletivo de uma cidade que acredita no esporte como instrumento de formação, pertencimento e superação. A taça erguida representa o esforço compartilhado entre atletas, comissões e comunidade, reafirmando que os resultados alcançados são fruto de investimento contínuo, incentivo aos talentos e de uma gestão que compreende o esporte como política pública viva. Mais do que um título, a vitória consagra um processo e sinaliza a abertura de um novo ciclo de conquistas para o esporte de Ibotirama.

3.5.3. Síntese Avaliativa do Esporte e Lazer

O exercício de 2025 evidencia que a política municipal de Esporte e Lazer em Ibotirama consolidou-se como instrumento estruturante de integração social, promoção do bem-estar coletivo e fortalecimento da identidade comunitária, articulando ações continuadas, eventos esportivos de amplo alcance e iniciativas de organização institucional do setor. A execução orçamentária registrada no RREO demonstra aplicação responsável e transparente dos recursos públicos, com concentração das despesas em ações

finalísticas, assegurando a regularidade do calendário esportivo e a entrega efetiva das atividades à população.

A manutenção dos espaços esportivos em funcionamento, o apoio às ligas, associações e atletas locais e a descentralização das práticas esportivas contribuíram para a ocupação positiva dos territórios, a ampliação do acesso ao esporte amador e o fortalecimento da convivência comunitária. As ações desenvolvidas dialogaram de forma transversal com outras políticas públicas, especialmente nas áreas de cultura, turismo e saúde, ampliando seus efeitos sociais e reafirmando o esporte como vetor de cidadania.

No plano institucional, o exercício foi marcado por avanços relevantes no campo normativo e do planejamento, com o registro de proposições legislativas voltadas ao esporte inclusivo, o reconhecimento de entidades da sociedade civil de relevante atuação esportiva e o início da elaboração da proposta técnica do Plano Municipal de Esportes, enquanto instrumento orientador da organização, coordenação e sustentabilidade da política esportiva municipal.

Como expressão simbólica dos resultados alcançados, a conquista do título da 2ª Copa Velho Chico pela equipe Ibotiramense sintetiza, no plano esportivo, o impacto de uma política pública construída com valorização dos atletas, incentivo contínuo e participação comunitária. Mais do que um resultado competitivo, a vitória traduz o sentimento coletivo de pertencimento e orgulho, reforçando que o fortalecimento do esporte local é fruto de um processo consistente e aponta para a continuidade e o aprimoramento das ações nos exercícios subsequentes.

3.6. MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

No exercício de 2025, a política de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Município de Ibotirama foi conduzida com foco na governança institucional, no fortalecimento das ações de fiscalização ambiental e na promoção contínua da educação ambiental, considerando as especificidades do bioma Caatinga e a relevância estratégica dos recursos hídricos para o desenvolvimento territorial.

A atuação municipal concentrou-se no exercício das funções de planejamento, monitoramento e controle ambiental, bem como na articulação intersetorial necessária à proteção dos recursos naturais, à melhoria das condições ambientais urbanas e à integração entre meio ambiente, saneamento e saúde pública. A avaliação a seguir apresenta os principais resultados do exercício, os avanços observados e os desafios estruturais que orientam o aprimoramento das políticas ambientais nos exercícios subsequentes.

3.6.1. Execução Orçamentária e Gestão Ambiental

A análise da execução orçamentária da função Gestão Ambiental demonstra o compromisso da administração municipal com a manutenção da estrutura administrativa, técnica e fiscalizatória, mesmo diante de restrições financeiras.

No exercício analisado, a função Gestão Ambiental contou com dotação orçamentária atualizada de R\$ 1.195.000,00, dos quais R\$ 430.224,60 foram efetivamente liquidados. A subfunção Administração Geral concentrou a maior parte da execução, com liquidação de R\$ 398.363,60, assegurando o funcionamento regular da Secretaria, o suporte administrativo e a capacitação gradual dos servidores envolvidos nas atividades ambientais.

No âmbito da gestão financeira, houve acompanhamento contínuo da execução do Fundo Municipal de Meio Ambiente, garantindo a vinculação dos recursos às finalidades ambientais legalmente previstas. Embora a execução financeira ainda enfrente limitações orçamentárias, a gestão manteve o controle e a regularidade administrativa, preservando o fundo como instrumento estratégico para o fortalecimento das políticas ambientais no médio e longo prazo.

3.6.2. Indicadores de Saneamento e Recursos Hídricos

Os indicadores ambientais e de saneamento refletem avanços relevantes em aspectos estruturantes da qualidade ambiental urbana, ao mesmo tempo em que evidenciam desafios históricos relacionados à infraestrutura e à gestão de resíduos sólidos.

No que se refere ao saneamento básico, dados do IBGE indicam que 64,98% dos domicílios do município possuem atendimento por rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede, posicionando Ibotirama na 61ª colocação entre os 417 municípios da Bahia e acima da média regional. Esse desempenho decorre do acompanhamento sistemático da concessão operada pela EMBASA, com fiscalização municipal contínua e garantia do tratamento integral do esgoto coletado antes da disposição final.

Quanto à arborização urbana, o município apresenta 92,97% dos domicílios urbanos situados em vias públicas arborizadas, alcançando a 5ª colocação no Estado da Bahia. Esse indicador expressa os efeitos das ações permanentes de arborização, produção de mudas no viveiro municipal, preservação de áreas verdes e educação ambiental, com impactos diretos na melhoria do microclima urbano e da qualidade de vida da população.

Em contrapartida, o índice de urbanização de vias públicas, que considera a presença de pavimentação, calçadas, meio-fio e dispositivos de drenagem, registra 0,3%, evidenciando limitações estruturais históricas na infraestrutura urbana. A área urbanizada do município, estimada em 7,75 km², reforça a necessidade de planejamento territorial sustentável, especialmente diante da predominância do bioma Caatinga, que demanda atenção ao uso racional do solo, à proteção de nascentes e ao controle de processos erosivos.

No campo da gestão de resíduos sólidos, o diagnóstico consolidado pelo Observatório dos Lixões da Confederação Nacional de Municípios (CNM) evidencia desafios relacionados à destinação final dos resíduos e à ausência de coleta seletiva formalizada, situando o município em estágio de transição no processo de adequação às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Esse diagnóstico fundamenta a leitura dos indicadores setoriais e orienta as ações adotadas no exercício.

3.6.3. Fiscalização Ambiental, Recursos Hídricos e Ações Executadas

Ao longo de 2025, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente intensificou as ações de fiscalização ambiental, abrangendo empresas sujeitas a licenciamento, atividades geradoras de resíduos, controle de poluição sonora e atendimento a denúncias relacionadas a desmatamentos, queimadas e descarte irregular de resíduos.

No eixo dos recursos hídricos, foram realizadas vistorias periódicas em barragens, áreas ribeirinhas e pontos sensíveis, com foco na prevenção de riscos ambientais, no controle de resíduos e na preservação da qualidade da água do Rio São Francisco e de corpos hídricos secundários, reforçando a interface entre meio ambiente, segurança hídrica e saúde pública.

Destacam-se, ainda, as ações de educação ambiental e inclusão socioproductiva, com a implementação de iniciativas voltadas à coleta seletiva, ao programa Catador Legal, à destinação adequada de resíduos especiais, como pilhas e baterias, e à adoção de práticas sustentáveis em eventos de grande porte. Somam-se a esse conjunto ações de bem-estar animal, campanhas educativas e projetos de sensibilização comunitária, ampliando o alcance social da política ambiental municipal.

3.6.4. Síntese Avaliativa do Meio Ambiente

A avaliação da política de Meio Ambiente e Recursos Hídricos em 2025 evidencia uma gestão ambiental funcional, pautada na legalidade, na articulação institucional e na manutenção dos serviços essenciais, mesmo diante de limitações estruturais e orçamentárias.

Os indicadores de saneamento e arborização urbana posicionam Ibotirama acima da média regional, refletindo a efetividade das ações de fiscalização e preservação ambiental. Por outro lado, persistem desafios históricos relacionados à urbanização de vias e à gestão de resíduos sólidos, que demandam continuidade do planejamento e fortalecimento institucional.

De forma geral, o exercício consolida bases técnicas para o aprimoramento das políticas ambientais nos próximos períodos, reafirmando o compromisso do Município com a

proteção dos recursos naturais, a preservação do Rio São Francisco e o desenvolvimento sustentável.

3.7. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO URBANO E RURAL

3.7.1. Contexto e Direcionamento da Política Pública

A política municipal de Desenvolvimento Econômico Urbano e Rural, no exercício de 2025, foi orientada pela promoção da inclusão produtiva, pelo fortalecimento da agricultura familiar, pela segurança alimentar e pelo ordenamento do território urbano e rural, considerando as especificidades socioeconômicas e ambientais do município. A atuação concentrou-se na valorização das cadeias produtivas locais, no estímulo ao empreendedorismo, na ampliação do acesso a mercados institucionais e na articulação de políticas voltadas à geração de trabalho e renda.

O direcionamento estratégico adotado reconheceu a agricultura familiar como base da economia local, a relevância do comércio e dos serviços como indutores do dinamismo urbano e o papel do trabalho e da intermediação de mão de obra como instrumentos de proteção social e inclusão econômica. As ações foram desenvolvidas de forma integrada, articulando recursos municipais, programas estaduais e federais, parcerias institucionais e mecanismos de participação social, assegurando coerência entre planejamento, execução orçamentária e resultados observados no território.

3.7.2. Execução Orçamentária das Funções Vinculadas ao Desenvolvimento Econômico

A análise da execução orçamentária das funções vinculadas ao desenvolvimento econômico urbano e rural, conforme dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO (Anexo II), evidencia a priorização das políticas agrícolas e de segurança alimentar, bem como a manutenção da estrutura administrativa necessária à execução das ações.

No exercício de 2025, a dotação atualizada das funções relacionadas ao eixo totalizou **R\$ 3.108.176,00**, com despesas liquidadas de R\$ 1.848.183,53, correspondendo a 59,46% de execução orçamentária. A distribuição dos recursos por função e subfunção demonstra as características e a natureza das intervenções realizadas.

Na função Agricultura, com dotação atualizada de R\$ 2.319.176,00, foram liquidados R\$ 1.763.350,51, representando 76,03% de execução. Destaca-se a elevada execução da subfunção Administração Geral, que atingiu 93,16%, assegurando o funcionamento da estrutura técnica responsável pela assistência aos produtores, gestão de programas institucionais e regularização administrativa. Por outro lado, a subfunção Promoção da Produção Agropecuária apresentou execução de 8,26%, refletindo limitações operacionais, dependência de contrapartidas externas, sazonalidade das ações produtivas e trâmites administrativos necessários à execução de investimentos finalísticos.

Na função Comércio e Serviços, cuja dotação atualizada foi de R\$ 553.000,00, registrou-se liquidação de R\$ 82.803,02, equivalente a 14,97% de execução. A totalidade da despesa liquidada concentrou-se na subfunção Turismo (695), com execução de 40,99% da dotação específica, direcionada a ações de promoção turística, eventos e divulgação do município. As subfunções Administração Geral e Promoção Comercial não apresentaram despesas liquidadas no exercício, indicando caráter pontual das ações e dependência de planejamento de médio prazo.

Na função Trabalho, vinculada às ações de intermediação de mão de obra e fomento ao emprego, a dotação foi de R\$ 186.000,00, com liquidação de R\$ 2.030,00, correspondendo a 1,09% de execução. Embora a execução financeira própria seja reduzida, os serviços foram amplamente prestados por meio de convênios e parcerias institucionais, notadamente com o SINEBAHIA e o SEBRAE, utilizando estrutura administrativa compartilhada, o que explica o elevado volume de atendimentos realizados sem correspondência direta na execução orçamentária municipal.

Na função Habitação Urbana, com dotação de R\$ 50.000,00, não houve despesas liquidadas no exercício. Tal situação decorre da natureza intergovernamental da política habitacional, cuja execução ocorre predominantemente por meio de programas federais e estaduais, sem geração de despesa direta no orçamento municipal.

De forma geral, a execução orçamentária evidencia concentração estratégica de recursos na agricultura e segurança alimentar, manutenção da estrutura administrativa e execução seletiva nas áreas de comércio, serviços, turismo, trabalho e habitação, em consonância com a natureza das políticas públicas envolvidas.

3.7.3. Arranjo Institucional da Política Habitacional e Base Territorial

No exercício de 2025, a política municipal de habitação foi desenvolvida considerando, além da execução e acompanhamento de programas habitacionais, a situação institucional do Município no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), instrumento estruturante da política habitacional brasileira e condição para acesso a recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. O diagnóstico institucional evidencia a necessidade de fortalecimento dos instrumentos locais de gestão, notadamente no que se refere ao Fundo Municipal de Habitação e à consolidação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, elementos essenciais para a ampliação da capacidade de captação de recursos e execução de novos empreendimentos.

Complementarmente, levantamento disponibilizado pela Confederação Nacional de Municípios identificou a existência de imóveis pertencentes à União localizados no território municipal, com diferentes regimes de utilização, incluindo uso próprio em serviços públicos, cessão de uso gratuita, locação a terceiros, imóveis em processo de destinação e áreas sob regime especial, como terras indígenas. O Município conta com 10 imóveis da União cadastrados, totalizando área aproximada de 33.101.493 m², distribuídos entre imóveis residenciais, terrenos, áreas rurais e equipamentos públicos.

A identificação, classificação e acompanhamento desses imóveis constituem base estratégica para a política habitacional e de regularização fundiária, na medida em que permitem avaliar alternativas de destinação para fins sociais, implantação de equipamentos públicos, projetos habitacionais, regularização fundiária e fortalecimento da infraestrutura urbana e rural, respeitadas as normas patrimoniais e fundiárias vigentes. Esse diagnóstico subsidia o planejamento de médio e longo prazo da política habitacional municipal, articulando ordenamento territorial, função social da propriedade e promoção do direito à moradia.

3.7.3.1. Habitação e Regularização Fundiária

No campo da habitação e da regularização fundiária, as ações desenvolvidas em 2025 concentraram-se na execução direta das atribuições municipais relacionadas ao acompanhamento de programas habitacionais, à promoção da segurança jurídica da posse e ao ordenamento do território urbano e rural, considerando o papel do Município como instância responsável pela gestão local, pelo acompanhamento técnico e pela articulação interinstitucional da política habitacional.

No âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV/FDS), o Município manteve acompanhamento contínuo das 150 unidades habitacionais atualmente ocupadas, com a realização de visitas domiciliares periódicas, atualização sistemática de cadastros socioeconômicos, atendimento individualizado às famílias beneficiárias e análise de conformidade de ocupação dos imóveis. As ações foram complementadas por atividades de educação patrimonial, organização comunitária, orientação para preservação dos imóveis, planejamento do orçamento familiar e educação ambiental, reforçando o caráter social e preventivo da atuação municipal.

Durante o exercício, a equipe técnica identificou situações de imóveis desocupados ou comercializados de forma irregular, em desacordo com as diretrizes do programa. Diante dessas ocorrências, foram elaborados relatórios técnicos e realizados os encaminhamentos ao Instituto Amada Terra, entidade responsável pelo acompanhamento e fiscalização do empreendimento, visando à adoção das providências cabíveis e à preservação da finalidade social das unidades habitacionais.

Destaca-se, ainda, a execução do Programa Minha Casa Minha Vida Rural na Aldeia Tuxá, com foco na promoção do direito à moradia digna em território indígena. As ações envolveram cadastramento e seleção de famílias, acompanhamento técnico-social, articulação com instituições indigenistas e financeiras e visitas técnicas periódicas, respeitando as especificidades culturais, sociais e territoriais da comunidade e fortalecendo o protagonismo local no desenvolvimento do empreendimento.

No campo da Regularização Fundiária Urbana (REURB), o Município conduziu processos nas localidades de Xixá, Nego do Bode, Alto do Fundão e Ibotiraminha, abrangendo cadastramento de moradores, levantamentos técnicos, análises jurídicas e acompanhamento das equipes de recenseamento, em articulação com o setor jurídico

municipal. No exercício, foram concluídos quatro processos de regularização, com emissão e entrega de documentos aos beneficiários, além da inserção e atualização cadastral de usuários e do encaminhamento de informações aos sistemas federais competentes.

As ações foram complementadas pela elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, instrumento estratégico para o planejamento de médio e longo prazo da política habitacional, fundamentado no diagnóstico do déficit habitacional, no mapeamento de áreas vulneráveis e na definição de diretrizes para o ordenamento territorial e a promoção do direito à moradia no âmbito municipal.

De forma transversal, a política habitacional contou com atendimento contínuo no setor específico, realização de reuniões técnicas, capacitações institucionais, audiências públicas no âmbito do PPA 2026–2029 e mutirões para assinatura de contratos, reforçando a dimensão participativa, social e jurídica da atuação municipal ao longo de 2025.

3.7.4. Agricultura, Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural

A agricultura familiar e a segurança alimentar constituíram o eixo central da política de desenvolvimento econômico rural em 2025. Por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o município investiu R\$ 566.667,77 na aquisição de gêneros alimentícios, beneficiando 121 famílias de agricultores familiares, com priorização de alimentos in natura e execução via chamada pública.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi executado nas modalidades CONAB, Termo de Adesão e Emergencial Indígena, totalizando R\$ 245.288,09 investidos e 38.821 kg de alimentos adquiridos, fortalecendo a renda dos produtores e garantindo abastecimento a equipamentos socioassistenciais. O Banco de Alimentos distribuiu 30.742 kg de alimentos, beneficiando 1.375 famílias e instituições como o Asilo Recanto Vovó Adelaide.

No campo da assistência técnica e regularização rural, foram realizadas 111 atividades relacionadas ao Cadastro Ambiental Rural (CEFIR), 112 emissões de CAF, processamento de 1.015 pré-inscrições no Programa Garantia Safra e distribuição de 1.610,70 sacas de milho para 311 agricultores afetados pela estiagem. Destaca-se ainda o programa “+

Genética Ibotirama”, voltado ao melhoramento do rebanho leiteiro, com protocolos de inseminação artificial, diagnósticos de gestação e assistência veterinária emergencial.

3.7.5. Trabalho, Comércio, Serviços e Turismo

No eixo urbano, a política de fomento ao trabalho, comércio, serviços e turismo apresentou caráter articulado e institucional. A Sala do Empreendedor realizou 612 atendimentos, incluindo emissões de DAS-MEI, declarações anuais, novas formalizações e consultorias especializadas. O município recebeu reconhecimento institucional pelo desempenho no Programa Cidade Empreendedora (SEBRAE).

Por meio do SINEBAHIA, foram realizados 2.518 atendimentos para emissão de identidade, 551 orientações para carteira de trabalho digital e 1.059 processos de seguro-desemprego, evidenciando elevado alcance social, apesar da baixa execução orçamentária própria da função Trabalho.

Na área de crédito, a Caravana Credi Bahia resultou na liberação de R\$ 463.065,81, distribuídos em 49 contratos, ampliando o acesso ao microcrédito.

No tocante ao Turismo, as despesas liquidadas de R\$ 82.803,02 concentraram-se em eventos e ações de divulgação do município, reforçando o potencial turístico associado ao território e às manifestações culturais. Sob a ótica institucional, o município está inserido na região turística Caminhos do Oeste.

Embora o histórico aponte uma trajetória de consolidação, tendo o município alcançado a Categoria C no Mapa do Turismo Brasileiro em 2019, os registros de 2024 indicam a necessidade de atualização cadastral, uma vez que o município consta atualmente como não integrante do referido mapa. A regularização junto ao Ministério do Turismo, em observância às Portarias MTur nº 41/2021 e nº 40/2023, é estratégica para que Ibotirama retome o acesso a recursos federais e ações de qualificação profissional.

Ademais, no âmbito da rede de cidades históricas e patrimônio mundial, registra-se que o município possui perfil estritamente urbano e, até o presente exercício, não apresenta bens materiais tombados em nível federal pelo IPHAN ou reconhecimento de sítios pela UNESCO, o que direciona o foco do fomento turístico local para eventos culturais e para a vocação regional do Oeste baiano.

3.7.6. Síntese Avaliativa da Política Municipal de Desenvolvimento Econômico Urbano e Rural

A política de Desenvolvimento Econômico Urbano e Rural em 2025 caracterizou-se pela diversidade de ações, forte articulação institucional e foco na inclusão produtiva. A elevada execução orçamentária na agricultura e os resultados expressivos na segurança alimentar demonstram efetividade das políticas rurais, enquanto as ações urbanas evidenciam capacidade de atendimento à população por meio de serviços públicos, intermediação de mão de obra e apoio ao empreendedorismo.

Persistem desafios relacionados à ampliação da execução de ações finalísticas, à estruturação das políticas de comércio, turismo e trabalho com maior autonomia orçamentária e à aceleração dos processos habitacionais e de regularização fundiária. Ainda assim, o conjunto das ações desenvolvidas em 2025 estabelece bases consistentes para o fortalecimento do desenvolvimento econômico territorial, orientando o planejamento dos exercícios subsequentes.

3.8. OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS

3.8.2. Execução Orçamentária das Funções Vinculadas a Obras, Urbanismo e Serviços Públicos

A execução orçamentária das funções vinculadas às políticas de obras, urbanismo e serviços públicos em 2025 evidencia a centralidade desse eixo na gestão municipal, tanto pelo volume de recursos mobilizados quanto pelo impacto direto na organização do espaço urbano, na oferta de serviços essenciais e na manutenção da infraestrutura da cidade. Os dados extraídos do Anexo II do Relatório Resumido da Execução Orçamentária demonstram que o Município concentrou esforços financeiros sobretudo nas funções de Urbanismo, Infraestrutura Urbana e Serviços Urbanos, assegurando a continuidade das ações estruturantes e operacionais necessárias ao funcionamento urbano.

No âmbito da função Urbanismo, a dotação atualizada alcançou o montante de R\$ 29.346.200,00, com despesas liquidadas de R\$ 28.624.547,93, o que corresponde a 13,69% da despesa total liquidada do Município no exercício. Esse desempenho confirma a relevância dessa função na política urbana, refletindo a execução de ações relacionadas à organização territorial, requalificação de vias, manutenção de espaços públicos e apoio

à dinâmica urbana. O saldo remanescente de R\$ 721.652,07, sem inscrição em restos a pagar, indica adequada capacidade de encerramento do exercício e bom controle da execução financeira.

Dentro da função Urbanismo, destaca-se a subfunção Infraestrutura Urbana, que apresentou reforço significativo de dotação ao longo do exercício, passando de R\$ 5.866.000,00 para R\$ 15.970.000,00. As despesas liquidadas somaram R\$ 15.544.228,34, equivalentes a 7,43% da despesa total municipal. Esse resultado evidencia a priorização de investimentos em obras estruturantes, incluindo pavimentação, requalificação de vias, intervenções em equipamentos públicos e melhorias na infraestrutura básica. O saldo final de R\$ 425.771,66 reforça a aderência entre planejamento orçamentário e execução efetiva.

A subfunção Serviços Urbanos também apresentou execução expressiva, com dotação atualizada de R\$ 13.283.200,00 e despesas liquidadas de R\$ 13.060.819,59, correspondendo a 6,25% da despesa total liquidada do Município. Esse comportamento evidencia a execução contínua de serviços essenciais, como limpeza urbana, manutenção de logradouros públicos, iluminação e apoio operacional, garantindo a regularidade e a qualidade dos serviços prestados à população. O saldo residual de R\$ 222.380,41 indica equilíbrio na execução e ausência de passivos relevantes.

As demais subfunções vinculadas ao Urbanismo apresentaram dotação atualizada de R\$ 93.000,00, com liquidação de R\$ 19.500,00, representando execução residual de 0,01%. Esses dados demonstram que tais subfunções tiveram caráter complementar no exercício, sem impacto significativo no volume global da política urbana.

No que se refere à função Saneamento, a dotação atualizada foi de R\$ 130.000,00, sem registro de despesas liquidadas em 2025. A ausência de execução financeira direta está alinhada ao modelo de gestão adotado, no qual os serviços de saneamento básico urbano são executados por concessionária, cabendo ao Município atribuições de planejamento, acompanhamento e fiscalização, que não se materializam necessariamente em despesas diretas nessa função.

Situação semelhante foi observada na função Energia, que contou com dotação atualizada de R\$ 187.000,00, também sem execução financeira no exercício. Ainda que existam ações voltadas à modernização da iluminação pública e à eficiência energética, parte

dessas intervenções foi operacionalizada por meio de contratos e ações vinculadas a outras funções, especialmente Serviços Urbanos, ou mediante arranjos operacionais que não oneram diretamente essa função orçamentária.

A função Transporte apresentou dotação atualizada de R\$ 166.000,00, com despesas liquidadas de R\$ 61.608,98, correspondendo a 0,03% da despesa total do Município. Essa execução limitada reflete a realização de ações pontuais, sobretudo relacionadas ao transporte rodoviário e à manutenção básica, sem a implementação de obras de maior envergadura no exercício analisado.

De forma consolidada, a execução orçamentária das funções vinculadas a obras, urbanismo e serviços públicos em 2025 revela forte concentração de recursos em áreas diretamente relacionadas à manutenção e qualificação do espaço urbano, com boa capacidade de execução, baixos saldos remanescentes e ausência de restos a pagar relevantes. As funções com execução nula ou residual não indicam inatividade, mas refletem modelos de gestão intergovernamental ou operacional indireta. Do ponto de vista técnico e fiscal, a execução encontra-se compatível com os dados do RREO, demonstrando regularidade contábil, priorização estratégica e capacidade operacional da gestão municipal.

3.8.2. Execução das Ações de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos

No âmbito das ações vinculadas a obras, urbanismo e serviços públicos, a atuação municipal concentrou-se na manutenção da infraestrutura urbana e rural, na qualificação dos serviços essenciais e no fortalecimento da capacidade administrativa da pasta responsável. As iniciativas desenvolvidas priorizaram a continuidade dos serviços públicos, a conservação dos equipamentos existentes e a ampliação gradual da cobertura de serviços básicos, mesmo diante de restrições financeiras e operacionais.

Do ponto de vista da gestão administrativa, observou-se a manutenção regular das atividades internas, com asseguramento de aproximadamente oitenta por cento da manutenção administrativa da estrutura da secretaria. Houve acompanhamento sistemático de contratos e convênios, com monitoramento de cerca de setenta por cento dos instrumentos firmados, garantindo maior transparência, controle da execução e mitigação de riscos administrativos. Destaca-se, ainda, a execução integral dos contratos

de rateio firmados com os consórcios intermunicipais CONSID e CDS Velho Chico, assegurando o cumprimento das ações pactuadas de interesse regional e a cooperação interfederativa.

A capacidade operacional da pasta foi reforçada pela disponibilidade de oito máquinas destinadas à execução de obras e serviços de manutenção urbana e rural, viabilizando intervenções diretas em vias públicas, espaços coletivos e equipamentos municipais. Essa estrutura contribuiu para a execução contínua de serviços de conservação do sistema viário, alcançando percentual significativo de manutenção das estradas municipais e vias urbanas.

No campo da infraestrutura urbana, foram executadas ações relevantes de pavimentação e requalificação, com intervenções em aproximadamente duzentas ruas na zona urbana e atendimento a treze comunidades com melhorias viárias, promovendo melhores condições de mobilidade, acessibilidade e integração territorial. As ações de requalificação de vias, praças, espaços públicos e equipamentos municipais avançaram de forma gradual, alcançando cerca de trinta por cento de execução, refletindo a priorização de trechos e equipamentos estratégicos diante da disponibilidade orçamentária.

No que se refere à iluminação pública, registrou-se avanço expressivo na modernização do parque luminotécnico, com mais de setenta por cento da iluminação pública convertida para tecnologia LED e aproximadamente setenta e cinco por cento dos pontos de iluminação modernizados e em funcionamento adequado. A ampliação da rede elétrica alcançou sessenta e cinco localidades, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços urbanos e rurais e assegurando cobertura integral de energia elétrica na zona urbana.

As ações de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos mantiveram cobertura elevada na área urbana, garantindo atendimento regular à maior parte da população, além da ampliação do serviço de coleta de lixo em comunidades rurais. Essas iniciativas foram fundamentais para a preservação das condições sanitárias, ambientais e de saúde pública do município.

No âmbito dos equipamentos públicos, destacam-se as ações contínuas de manutenção dos cemitérios municipais, totalizando doze unidades sob conservação regular, bem como o avanço da obra do novo cemitério, que atingiu cinquenta por cento de execução física.

Foram realizadas intervenções em dezoito praças, entre construções e revitalizações, fortalecendo os espaços de convivência comunitária. A estação rodoviária municipal também passou por ações de manutenção preventiva e corretiva, assegurando melhores condições de uso à população.

As ações voltadas à infraestrutura logística e estratégica incluíram a manutenção e conservação do aeródromo municipal, com elevado nível de execução, garantindo condições adequadas de funcionamento. Houve, ainda, avanço significativo na execução física da obra do SAC Municipal, que atingiu cinquenta por cento de conclusão, consolidando um equipamento essencial para a ampliação e integração dos serviços públicos ofertados à população.

No campo da sustentabilidade energética, iniciou-se de forma incipiente a incorporação de fontes renováveis em prédios públicos, sinalizando uma diretriz estratégica de médio e longo prazo voltada à diversificação da matriz energética municipal e à redução de custos operacionais.

De forma geral, o conjunto das ações executadas evidencia uma política pública orientada à manutenção dos serviços essenciais, à conservação da infraestrutura existente e à execução gradual de investimentos estruturantes. Embora persistam desafios relacionados à ampliação da capacidade técnica, à modernização normativa e à aceleração de obras de maior porte, a atuação municipal em 2025 assegurou a continuidade dos serviços públicos, a melhoria progressiva da infraestrutura urbana e rural e a preservação das condições básicas de funcionamento dos equipamentos municipais.

3.8.4. Síntese Avaliativa da Política Municipal de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos

A análise consolidada da política municipal de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos em 2025 evidencia uma atuação orientada à manutenção da funcionalidade urbana, à preservação da infraestrutura existente e à execução gradual de investimentos estruturantes, compatível com a capacidade fiscal e operacional do Município. A execução orçamentária demonstra adequada priorização das funções diretamente relacionadas à organização urbana e à prestação de serviços essenciais, com destaque para Urbanismo, Infraestrutura Urbana e Serviços Urbanos, que concentraram a maior parte dos recursos e apresentaram elevada taxa de liquidação.

Do ponto de vista financeiro e contábil, observa-se boa aderência entre planejamento e execução, com baixos saldos remanescentes, ausência de restos a pagar relevantes e regularidade na condução das despesas, conforme demonstrado nos dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária. As funções com execução nula ou residual refletem modelos de gestão indireta, intergovernamental ou contratual, e não indicam ausência de atuação do poder público municipal.

No campo operacional, a política assegurou a continuidade dos serviços urbanos, a manutenção do sistema viário, a ampliação gradual da pavimentação e da requalificação de vias, a modernização da iluminação pública e a conservação dos equipamentos municipais. A execução de obras e serviços priorizou intervenções com impacto direto sobre a mobilidade, a segurança e o uso coletivo dos espaços urbanos, reforçando o caráter funcional e preventivo da atuação municipal.

A estrutura administrativa e operacional disponível, ainda que limitada, mostrou-se suficiente para garantir a execução das ações prioritárias, com destaque para o acompanhamento de contratos, a atuação consorciada regional e a utilização do parque de máquinas municipais. As iniciativas voltadas à sustentabilidade energética e à modernização urbana, embora ainda incipientes, sinalizam diretrizes estratégicas de médio e longo prazo alinhadas à racionalização dos custos e à melhoria da eficiência dos serviços públicos.

De forma geral, a política municipal de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos em 2025 apresentou desempenho satisfatório, assegurando a continuidade dos serviços essenciais, a funcionalidade da infraestrutura urbana e rural e a execução responsável dos recursos públicos. Persistem desafios relacionados à ampliação da capacidade técnica, à modernização dos marcos normativos e à aceleração de investimentos estruturantes, os quais deverão ser enfrentados de forma progressiva nos próximos exercícios, em consonância com o planejamento municipal e a disponibilidade financeira.

3.9. POLÍTICA MUNICIPAL DE GOVERNO, COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL E PROTEÇÃO COLETIVA

As ações vinculadas à Política Municipal de Governo foram executadas como eixo transversal de articulação institucional, coordenação administrativa e suporte estratégico às políticas públicas sob sua responsabilidade. Trata-se de uma política estruturante, voltada à integração governamental, à organização da máquina administrativa e à criação das condições institucionais necessárias para a execução das políticas de segurança pública, justiça e cidadania, defesa civil e proteção coletiva.

A área de Governo concentrou funções essenciais de coordenação intersetorial, assegurando alinhamento entre planejamento, execução e monitoramento das ações públicas. Essa atuação conferiu maior coerência administrativa às políticas vinculadas, evitando fragmentações institucionais e promovendo racionalidade na condução das ações governamentais.

No campo da gestão administrativa e da tecnologia da informação, as ações asseguraram o funcionamento contínuo dos sistemas institucionais, a integridade e segurança das informações, o suporte técnico às unidades administrativas e a organização dos fluxos documentais, incluindo protocolo, arquivamento e gestão da informação estratégica para a tomada de decisão governamental.

No eixo da justiça, cidadania e direitos difusos e coletivos, a atuação concentrou-se no fortalecimento das instâncias de participação social, no apoio aos órgãos de defesa de direitos, na articulação com o sistema de justiça e na promoção do acesso à cidadania, com atenção especial à proteção de interesses coletivos e de grupos socialmente vulnerabilizados.

No âmbito da segurança pública municipal e da proteção coletiva, a Política de Governo coordenou as ações da Guarda Municipal, da Defesa Civil e de estruturas correlatas, assegurando a preservação do patrimônio público, o apoio às atividades governamentais, a gestão de riscos e a resposta institucional a situações emergenciais, em articulação com demais órgãos da administração municipal e com instituições estaduais e federais.

Esse conjunto de ações evidencia o caráter integrador da Política Municipal de Governo, que não se configura como política finalística isolada, mas como instância estruturante e

articuladora das políticas públicas vinculadas, criando as bases administrativas, técnicas e operacionais necessárias para sua execução efetiva.

3.9.1. Execução Orçamentária e Arranjo de Financiamento

A execução orçamentária das ações vinculadas à Política Municipal de Governo encontra-se registrada nas funções e subfunções orçamentárias que materializam a atuação finalística dos órgãos a ela vinculados, com destaque para as funções Segurança Pública, Defesa Civil e Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, conforme demonstrado no Anexo II do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), em atendimento ao art. 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No âmbito da função Segurança Pública, a dotação orçamentária atualizada totalizou R\$ 1.208.495,42, com despesas empenhadas e liquidadas no montante de R\$ 915.141,53, evidenciando elevado grau de execução das ações previstas, especialmente aquelas relacionadas à manutenção e estruturação da Guarda Civil Municipal. Os restos a pagar não processados, no valor de R\$ 293.353,89, referem-se a compromissos assumidos e em fase de execução, compatíveis com a natureza operacional da política.

A subfunção Defesa Civil apresentou dotação orçamentária atualizada de R\$ 396.000,00, com despesas empenhadas e liquidadas de R\$ 160.317,70, refletindo a execução das ações de gestão de riscos, monitoramento e resposta a eventos adversos. Os restos a pagar não processados, no montante de R\$ 235.682,30, correspondem a despesas vinculadas a ações em andamento, coerentes com o caráter continuado das atividades de prevenção e mitigação de desastres.

As ações relacionadas aos Direitos Individuais, Coletivos e Difusos encontram-se alocadas na função correspondente, com dotação orçamentária atualizada de R\$ 412.000,00. As despesas empenhadas e liquidadas atingiram R\$ 246.478,59, demonstrando execução efetiva das ações voltadas ao funcionamento dos conselhos municipais, ao fortalecimento da participação social e à promoção de direitos fundamentais. Os restos a pagar não processados, no valor de R\$ 165.521,41, são compatíveis com o cronograma de execução das atividades institucionais.

A manutenção administrativa da Secretaria Municipal de Governo é custeada por meio da função Administração Geral, que responde pelo suporte institucional, técnico e operacional das ações governamentais. Considerando a execução global dessa função, estima-se que aproximadamente 10% da despesa liquidada, correspondente ao montante aproximado de R\$ 334.766,34, esteja associada às atividades de gestão da Secretaria de Governo, abrangendo despesas com gestão administrativa, apoio técnico, organização documental, tecnologia da informação, comunicação institucional e acompanhamento de indicadores de gestão.

Esse arranjo orçamentário reflete a natureza transversal da Política Municipal de Governo, que não se estrutura como política finalística isolada, mas como instância de coordenação, assessoramento e integração das políticas setoriais sob sua responsabilidade. O financiamento ocorre de forma articulada às funções que materializam a execução das ações de segurança pública, defesa civil e proteção de direitos, sem necessidade de segregação orçamentária específica por ação.

Do ponto de vista técnico, fiscal e institucional, esse modelo assegura racionalidade administrativa, evita sobreposição de despesas, promove eficiência na alocação dos recursos públicos e garante aderência entre planejamento, execução orçamentária e o arranjo institucional adotado pelo Município.

3.9.2. Segurança Pública

A Segurança Pública, no âmbito municipal, exerce papel essencial na preservação da ordem pública, na proteção do patrimônio coletivo e no fortalecimento da sensação de segurança da população, atuando de forma complementar às forças estaduais e federais. A política municipal de segurança tem como foco principal a prevenção, a organização do espaço urbano, a proteção dos bens públicos, o apoio às ações governamentais e a promoção da segurança cidadã, respeitando as competências constitucionais e legais atribuídas ao Município.

Nesse contexto, a Guarda Municipal constitui o principal instrumento operacional da política local de segurança, desempenhando funções de vigilância patrimonial, apoio a eventos oficiais, ordenamento de espaços públicos, colaboração com órgãos de segurança pública e atuação preventiva junto à comunidade. A atuação municipal busca,

assim, garantir condições adequadas para o funcionamento dos serviços públicos, a realização de atividades coletivas e a convivência social em ambiente seguro.

As ações executadas no âmbito da Segurança Pública concentraram-se no fortalecimento da capacidade operacional, estrutural e institucional da Guarda Municipal. Destaca-se a aquisição de duas motocicletas destinadas ao patrulhamento ostensivo e preventivo, ampliando a mobilidade, a agilidade de resposta e a cobertura territorial das ações de segurança. Complementarmente, houve a cessão de um veículo pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, reforçando a frota disponível para apoio às atividades operacionais e administrativas.

Com vistas à melhoria das condições de trabalho e à padronização da atuação, foram adquiridos fardamentos e equipamentos essenciais para a manutenção das atividades da Guarda Municipal, assegurando maior segurança aos agentes, melhor identificação institucional e conformidade com as normas operacionais vigentes. Essas aquisições contribuíram diretamente para a profissionalização da atuação e para o fortalecimento da imagem institucional da segurança pública municipal.

No campo da estruturação institucional, destaca-se a formalização de convênio com a Polícia Federal visando à implementação do armamento institucional da Guarda Municipal, medida que representa avanço significativo na política de segurança local, alinhando-se às diretrizes nacionais e aos critérios técnicos de capacitação, controle e responsabilidade no uso de armamento.

Associado a esse processo, foi realizada a mudança da sede da Guarda Municipal para um espaço mais amplo e dotado de infraestrutura adequada às suas atribuições operacionais e administrativas. A nova sede passou a contar com ambientes compatíveis com as exigências legais e técnicas, incluindo sala específica com cofre apropriado para armazenamento de armamentos, equipada com porta blindada e sistemas de segurança, garantindo o controle rigoroso, a guarda segura do material bélico e a conformidade com os protocolos de segurança institucional.

De forma integrada, essas ações evidenciam o esforço do Município em consolidar uma política de Segurança Pública estruturada, preventiva e institucionalmente fortalecida, capaz de oferecer suporte efetivo à proteção do patrimônio público, à organização do

espaço urbano e à promoção da segurança cidadã, em consonância com as diretrizes de governança, responsabilidade administrativa e cooperação interinstitucional.

3.9.2.1. Defesa Civil e Gestão de Riscos

A execução da política municipal de Defesa Civil ocorreu em um contexto marcado por recorrência de eventos adversos e impactos relevantes registrados em bases nacionais de monitoramento. De acordo com os dados consolidados da Confederação Nacional de Municípios (CNM), com informações sistematizadas até o exercício de 2024, o Município acumulou prejuízos econômicos expressivos decorrentes de desastres, com predominância de danos privados, seguidos de prejuízos ao patrimônio público e às habitações. Os registros indicam ainda número significativo de pessoas afetadas e a formalização de decretos administrativos, sobretudo associados a eventos de estiagem prolongada, incêndios florestais e episódios pontuais de excesso de chuvas. Apesar da magnitude dos impactos materiais e econômicos, não houve registro de óbitos, desaparecimentos ou desabrigados permanentes no período analisado, o que reforça a relevância das ações preventivas e da capacidade institucional de resposta do Município.

Nesse cenário, a Defesa Civil municipal foi executada como política pública de caráter preventivo, organizacional e de resposta, estruturada para atuar de forma integrada na gestão de riscos, na proteção da população e na mitigação dos impactos decorrentes de eventos adversos de origem natural ou antrópica. Sua atuação esteve alinhada às diretrizes nacionais de proteção e defesa civil, articulando planejamento territorial, ações intersetoriais e mecanismos de resposta emergencial, com foco na redução de vulnerabilidades e na preservação da segurança coletiva.

No campo da gestão de riscos, a atuação concentrou-se no monitoramento contínuo de áreas suscetíveis a eventos climáticos e ambientais adversos, com atenção especial aos fenômenos recorrentes no território municipal, como as estiagens prolongadas e os episódios de chuvas intensas. O acompanhamento técnico dessas áreas, aliado ao registro sistemático das ocorrências, subsidiou a adoção de medidas administrativas e operacionais voltadas à proteção da população, à organização das respostas institucionais e à mitigação de danos sociais, econômicos e ambientais.

No âmbito das ações locais, especialmente ao longo do exercício de 2025, a Defesa Civil atuou de forma integrada com a Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, intensificando vistorias técnicas em áreas urbanas e rurais afetadas por eventos climáticos adversos. As equipes realizaram levantamentos em bairros e localidades com maior incidência de danos, mapeando trechos críticos de vias urbanas, estradas vicinais e áreas com comprometimento estrutural, com vistas à priorização de intervenções emergenciais. Esse trabalho técnico permitiu a organização de um plano de resposta imediata, com início dos reparos condicionado à melhoria das condições climáticas, assegurando atuação célere e direcionada às áreas mais impactadas.

A política de Defesa Civil operou de forma transversal, mantendo articulação permanente com as áreas de obras e urbanismo, assistência social, saúde e segurança pública, assegurando respostas coordenadas diante de situações de risco e emergência. Essa integração possibilitou o acionamento célere de fluxos internos, a mobilização das estruturas municipais e o apoio às ações de atendimento à população afetada, sempre que necessário, reforçando a capacidade de coordenação intersetorial do Município.

Do ponto de vista institucional, a Defesa Civil atuou como instância organizadora da resposta administrativa às emergências, responsável pelo registro de ocorrências, pela articulação com órgãos estaduais e federais e pelo suporte técnico à formalização de medidas administrativas cabíveis. Sua atuação contribuiu para o fortalecimento da governança municipal em contextos críticos, assegurando maior previsibilidade, organização e controle das ações públicas.

De forma geral, a execução da política de Defesa Civil demonstrou alinhamento com as diretrizes de gestão de riscos e desastres, priorizando a prevenção, a articulação intersetorial e a proteção da população. Embora persistam desafios relacionados ao fortalecimento estrutural e à ampliação de instrumentos permanentes de planejamento e contingência, a atuação municipal assegurou resposta institucional adequada, capacidade de coordenação e integração com outras políticas públicas, consolidando a Defesa Civil como componente essencial da política de segurança e proteção coletiva do Município.

3.9.4. Justiça, Cidadania e Direitos Difusos e Coletivos

Política Municipal de Justiça, Cidadania e Direitos Difusos e Coletivos foi executada com foco no fortalecimento da participação social, na promoção do acesso a direitos e na proteção de grupos historicamente vulnerabilizados, por meio da articulação institucional, do funcionamento regular dos conselhos municipais e da consolidação de serviços públicos voltados à garantia de direitos fundamentais.

No exercício de 2025, destacaram-se as ações voltadas à consolidação das instâncias participativas, com a realização de conferências municipais temáticas, a exemplo da Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres e da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. Esses espaços promoveram o debate público qualificado sobre igualdade de gênero, envelhecimento, cidadania, equidade e direitos, contribuindo para a formulação de propostas, a avaliação das políticas existentes e o fortalecimento da democracia participativa no âmbito local.

No campo da proteção integral de crianças e adolescentes, manteve-se a atuação contínua do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), com composição paritária entre poder público e sociedade civil, assegurando o acompanhamento das políticas públicas, a deliberação sobre ações prioritárias e a articulação com o sistema de garantia de direitos. Em 2025, registrou-se o fortalecimento institucional do conselho, incluindo a prorrogação do mandato de sua diretoria e a participação ativa do Município nas etapas iniciais do Selo UNICEF 2025–2028, com foco na escuta comunitária, no planejamento e na validação do Plano de Ação Municipal.

A política também abrangeu o suporte permanente às ações do Conselho Tutelar, garantindo a continuidade do atendimento a situações de violação de direitos e a articulação com o Ministério Público, o Judiciário e a rede socioassistencial, reforçando os mecanismos de proteção, responsabilização e promoção da cidadania.

Nesse contexto, destaca-se a atuação da Casa de Assistência Jurídica do Município (CAJUM) como instrumento estruturante da política municipal de justiça e cidadania. O CAJUM opera como serviço público de assistência jurídica gratuita, assegurando orientação, mediação e acompanhamento jurídico à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, especialmente àqueles que não dispõem de condições

financeiras para custear serviços advocatícios privados. Sua atuação abrange tanto a zona urbana quanto a zona rural, contemplando demandas relacionadas a ações de alimentos, divórcios, interdições, retificações de registro civil, mandados de segurança e outros procedimentos de natureza cível e administrativa.

O serviço é prestado por equipe técnica multiprofissional, composta por profissionais do direito e da área social, garantindo abordagem integrada e socialmente orientada às demandas apresentadas. O público atendido compreende prioritariamente pessoas com renda familiar de até um salário-mínimo ou beneficiárias de programas sociais, assegurando a focalização da política pública nos grupos efetivamente vulnerabilizados. Em 2025, o CAJUM realizou 1.335 atendimentos, evidenciando elevada demanda e confirmando sua relevância como mecanismo de ampliação do acesso à justiça no âmbito municipal.

De forma geral, a execução da Política Municipal de Justiça, Cidadania e Direitos Difusos e Coletivos em 2025 evidenciou uma atuação orientada pela articulação intersetorial, pela valorização dos conselhos como instrumentos de governança democrática e pela consolidação de serviços públicos essenciais à garantia de direitos. Ainda que persistam desafios relacionados à ampliação da capacidade institucional e à consolidação de instrumentos permanentes de monitoramento, a política cumpriu papel relevante na promoção da cidadania, na proteção social e no fortalecimento dos direitos individuais, coletivos e difusos no Município.

3.9.5. Síntese Avaliativa da Política Municipal de Governo, Coordenação Institucional e Proteção Coletiva

A Política Municipal de Governo, Coordenação Institucional e Proteção Coletiva apresentou, no exercício analisado, desempenho consistente enquanto eixo estruturante da administração municipal, cumprindo sua função de articular, integrar e dar suporte técnico, administrativo e institucional às políticas públicas sob sua responsabilidade. Sua atuação confirmou o papel estratégico dessa política como instância organizadora da governança municipal, responsável por assegurar coerência entre planejamento, execução e monitoramento das ações governamentais.

Do ponto de vista institucional, a política demonstrou capacidade de coordenação intersetorial, promovendo a integração entre áreas sensíveis da gestão pública, como segurança pública, defesa civil, justiça, cidadania e proteção de direitos difusos e coletivos. Esse arranjo contribuiu para reduzir fragmentações administrativas, fortalecer fluxos decisórios e garantir maior racionalidade na condução das políticas públicas, especialmente aquelas de caráter transversal e contínuo.

No campo da execução orçamentária, os dados evidenciam aderência entre o arranjo institucional adotado e o modelo de financiamento utilizado, com concentração das despesas nas funções que materializam a execução finalística das ações, notadamente Segurança Pública, Defesa Civil e Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, além do suporte administrativo assegurado pela função Administração Geral. Esse modelo demonstrou eficiência na alocação dos recursos, baixo nível de passivos e compatibilidade entre planejamento orçamentário e execução financeira, em conformidade com as exigências legais e fiscais.

As ações desenvolvidas no âmbito da Segurança Pública evidenciaram avanço na estruturação institucional, no fortalecimento da Guarda Municipal e na qualificação das condições operacionais, contribuindo para a proteção do patrimônio público, a organização do espaço urbano e a promoção da segurança cidadã. De forma complementar, a atuação da Defesa Civil demonstrou alinhamento às diretrizes nacionais de gestão de riscos e desastres, com ênfase na prevenção, na articulação intersetorial e na capacidade de resposta institucional a eventos adversos, reforçando a proteção coletiva e a resiliência territorial do Município.

No eixo da Justiça, Cidadania e Direitos Difusos e Coletivos, a política consolidou-se como instrumento relevante de promoção do acesso a direitos, fortalecimento da participação social e proteção de grupos vulnerabilizados. O funcionamento regular dos conselhos, a realização de conferências temáticas e a atuação contínua de serviços como o CAJUM ampliaram o alcance das ações de cidadania, justiça social e garantia de direitos fundamentais, contribuindo para o fortalecimento da democracia participativa no âmbito local.

De forma geral, a Política Municipal de Governo, Coordenação Institucional e Proteção Coletiva demonstrou maturidade administrativa, coerência institucional e capacidade de articulação, cumprindo seu papel como base estruturante das políticas públicas

vinculadas. Embora persistam desafios relacionados ao aperfeiçoamento contínuo da capacidade institucional, à ampliação de instrumentos de planejamento e à consolidação de mecanismos permanentes de monitoramento, a atuação desenvolvida assegurou estabilidade administrativa, integração governamental e condições adequadas para a execução das políticas públicas municipais, fortalecendo a governança, a proteção coletiva e o interesse público.

4. OBRAS E INVESTIMENTOS

No exercício de 2025, a execução das obras públicas no Município de Ibotirama evidencia que a totalidade das obras de construção de equipamentos públicos teve origem em recursos de convênios, parcerias institucionais ou transferências intergovernamentais, com exceção da obra de implantação do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), que constitui como construção de equipamento público custeada integralmente com recursos próprios do Município no período analisado.

As demais intervenções estruturantes, especialmente aquelas voltadas à ampliação da rede de saúde, educação, esporte, assistência social, cidadania e infraestrutura urbana, decorreram de instrumentos formais de cooperação com órgãos federais e estaduais, a exemplo de convênios com o FNDE, FNS, SESAB, FUNASA, SUDESB, CAR, CONDER, Ministério da Cidadania e programas federais operados por instituições financeiras oficiais. Esse arranjo demonstra que o Município concentrou esforços na captação de recursos externos para viabilizar a construção de equipamentos públicos de maior porte, preservando a capacidade financeira própria para custeio, manutenção e investimentos estratégicos.

Nesse contexto, as obras concluídas de construção e requalificação de equipamentos públicos, como unidades de saúde, quadras poliesportivas, areninhas, equipamentos educacionais e estruturas de atendimento social, encontram-se vinculadas a convênios e parcerias, com execução física encerrada e, nos casos aplicáveis, com prestação de contas registrada nos sistemas oficiais. Outras obras permanecem em andamento, repactuação ou com ritmo reduzido, em função de fatores como regularização fundiária, ajustes contratuais, judicialização de contratos ou dependência de liberações financeiras pelos entes concedentes, sem alteração de status para conclusão no exercício.

A obra do SAC, por sua vez, destaca-se como investimento municipal direto, financiado com recursos próprios, contratado por meio de procedimento licitatório regular e em fase de execução, representando iniciativa estratégica voltada à centralização dos serviços públicos, à ampliação do acesso do cidadão às políticas públicas e ao fortalecimento da governança administrativa local.

De forma geral, o conjunto das obras evidencia uma estratégia de gestão pautada na utilização de recursos próprios de forma seletiva e responsável, priorizando investimentos institucionais estratégicos, ao mesmo tempo em que o Município se vale de convênios e parcerias para ampliar sua capacidade de investimento em infraestrutura pública, assegurando aderência ao planejamento governamental, sustentabilidade fiscal e ampliação da oferta de equipamentos públicos à população.

5. LIMITAÇÕES E DESAFIOS DO EXERCÍCIO

O exercício de 2025 evidenciou, de forma clara, as limitações estruturais enfrentadas por municípios de pequeno porte, como Ibotirama, especialmente no que se refere à capacidade de financiamento das políticas públicas e à autonomia fiscal. A realidade municipal permanece fortemente condicionada à dependência de transferências intergovernamentais, em especial da União, o que impõe restrições relevantes à previsibilidade orçamentária e à ampliação de investimentos próprios.

A elevada participação das transferências correntes na composição das receitas municipais limita a margem de decisão local e expõe a gestão às oscilações de políticas nacionais, alterações normativas e variações macroeconômicas que fogem ao controle do Município. Essa dependência reduz a flexibilidade orçamentária e exige planejamento rigoroso, priorização constante e elevado esforço técnico para garantir a manutenção dos serviços essenciais e o cumprimento das obrigações legais.

Outro desafio recorrente refere-se à necessidade de conciliar a expansão das demandas sociais com a capacidade administrativa e financeira existente. O crescimento populacional, a ampliação da urbanização e a complexidade crescente das políticas públicas pressionam a estrutura municipal, exigindo mais serviços, maior qualificação técnica e investimentos contínuos, mesmo diante de recursos limitados.

A execução de obras estruturantes e de políticas de médio e longo prazo também enfrenta entraves relacionados à burocracia dos convênios, aos prazos de liberação de recursos e às exigências técnicas e legais impostas pelos entes financiadores. Esses fatores impactam o ritmo de execução, demandam constante articulação institucional e reforçam a necessidade de equipes técnicas capacitadas para acompanhamento, prestação de contas e reprogramação de ações.

No campo da gestão fiscal, o desafio central consiste em preservar o equilíbrio entre responsabilidade fiscal e atendimento das necessidades da população. A observância dos limites legais, a manutenção da regularidade dos pagamentos e a sustentabilidade das despesas permanentes exigem disciplina administrativa e capacidade de adaptação frente a um cenário de recursos restritos.

Por fim, destaca-se que a atuação da administração municipal em 2025 ocorreu em um contexto de escassez relativa, no qual cada ação demandou escolhas estratégicas, racionalização de custos e priorização de políticas com maior impacto social. Fazer gestão pública em um município de pequeno porte significa, sobretudo, administrar limites, transformar restrições em planejamento e buscar eficiência máxima na aplicação dos recursos disponíveis.

Nesse cenário, os desafios enfrentados não se resumem à falta de recursos, mas à complexa tarefa de governar com responsabilidade, transparência e compromisso social, garantindo que, mesmo com restrições financeiras, o Município continue avançando na oferta de serviços, na organização administrativa e na melhoria gradual das condições de vida da população.

6. PROGRAMA DA ADMINISTRAÇÃO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE – 2026

O Programa da Administração para o exercício de 2026 inaugura um novo ciclo de planejamento e execução das políticas públicas municipais, estruturado a partir do compromisso da gestão com as pessoas, com a eficiência administrativa e com o fortalecimento do serviço público como instrumento de transformação social. Alinhado ao lema “Nosso povo, nosso maior patrimônio”, o programa consolida a visão de que o desenvolvimento do Município deve ser orientado pela valorização da cidadania, pela garantia de direitos e pela promoção de oportunidades que alcancem toda a população, urbana e rural.

As metas estabelecidas para 2026 concentram-se, prioritariamente, na organização da máquina administrativa, no fortalecimento da capacidade institucional do Município e na sustentação dos serviços essenciais, criando bases sólidas para a ampliação das políticas finalísticas ao longo do quadriênio. O programa parte do entendimento de que não há política pública eficaz sem planejamento, governança, controle e integração entre os diversos setores da administração.

No âmbito da gestão pública, as ações previstas para 2026 contemplam o aprimoramento dos instrumentos de planejamento, orçamento e monitoramento, com integração entre PPA, LDO e LOA, fortalecimento dos mecanismos de transparência, modernização dos processos administrativos e ampliação do uso de tecnologias da informação. Busca-se uma administração mais ágil, acessível e orientada por dados, capaz de responder com eficiência às demandas da população e de garantir equilíbrio fiscal e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.

A valorização do servidor público constitui eixo central do programa, por meio de ações de capacitação continuada, qualificação técnica e fortalecimento das equipes administrativas, reconhecendo que o capital humano é elemento estratégico para a execução das políticas públicas. Em 2026, a gestão prioriza a melhoria das condições de trabalho, a organização dos fluxos internos e o fortalecimento da cultura institucional voltada ao atendimento humanizado e à resolutividade.

No campo das políticas sociais e estruturantes, o programa assegura a continuidade e a qualificação das ações nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, meio ambiente e desenvolvimento econômico, garantindo suporte administrativo e institucional

para que essas políticas alcancem seus objetivos. Em 2026, a gestão concentra esforços na manutenção da rede de serviços, no fortalecimento dos conselhos municipais, na ampliação da participação social e na integração intersetorial, reconhecendo que os desafios sociais exigem respostas articuladas e coordenadas.

As ações que se iniciam a partir de 2026 também contemplam o fortalecimento da segurança cidadã, da defesa civil e da proteção coletiva, assegurando estrutura, planejamento e capacidade de resposta às situações de risco, bem como a preservação do patrimônio público e da ordem urbana. Essas iniciativas reforçam o compromisso da gestão com a segurança da população e com a proteção da vida, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e ambiental.

Entre os principais desafios previstos para o exercício de 2026 destacam-se a limitação de recursos financeiros frente à amplitude das demandas sociais, a necessidade de ampliação da capacidade técnica das equipes, a dependência de transferências intergovernamentais e a superação de entraves burocráticos e institucionais históricos. Ainda assim, o programa assume esses desafios como oportunidades de fortalecimento da governança, de inovação administrativa e de construção de soluções pactuadas com a sociedade.

As expectativas e resultados esperados para 2026 incluem uma administração pública mais organizada, transparente e eficiente; maior integração entre planejamento e execução; melhoria da qualidade dos serviços ofertados à população; fortalecimento da participação social; e consolidação das bases institucionais necessárias para a expansão das políticas públicas nos exercícios subsequentes. O Programa da Administração projeta, assim, um ano de estruturação, responsabilidade e compromisso com o futuro, reafirmando que cada ação de governo tem como finalidade última o cuidado com as pessoas e a promoção do bem-estar coletivo.

Em 2026, a gestão municipal reafirma sua convicção de que investir em pessoas, fortalecer instituições e planejar com responsabilidade são os caminhos para construir um Município mais justo, solidário e desenvolvido, onde o povo é, de fato, o maior patrimônio.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório consolidou uma análise integrada da realidade municipal de Ibotirama, abordando os aspectos demográficos, territoriais, administrativos, orçamentários e institucionais que estruturaram a atuação do governo ao longo do exercício. Os dados apresentados evidenciam um município em crescimento moderado, com perfil urbano predominante, população economicamente ativa expressiva e demandas sociais crescentes, o que exige planejamento permanente, gestão responsável e capacidade de adaptação às limitações estruturais inerentes aos municípios de pequeno porte.

Ao longo do período analisado, a administração municipal manteve regularidade fiscal, assegurou a continuidade dos serviços essenciais e avançou na execução das políticas públicas prioritárias, mesmo diante de um cenário de forte dependência de transferências intergovernamentais e restrições orçamentárias. A organização administrativa, o controle dos gastos, o acompanhamento da execução orçamentária e o cumprimento das exigências legais demonstram uma gestão comprometida com a responsabilidade fiscal e com a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

As ações desenvolvidas nas áreas finalísticas, aliadas ao trabalho técnico das áreas meio, evidenciam que os resultados alcançados são fruto de um esforço conjunto entre planejamento, gestão financeira, coordenação institucional e execução setorial. Ainda que parte das políticas públicas esteja condicionada à liberação de recursos externos e a trâmites administrativos complexos, o Município conseguiu preservar a governabilidade, organizar prioridades e manter o funcionamento regular da máquina pública.

O exercício também revelou desafios estruturais persistentes, especialmente relacionados à ampliação da autonomia financeira, à execução de investimentos de maior porte e à necessidade de fortalecimento contínuo da capacidade técnica e institucional. Esses desafios, contudo, não comprometeram a condução das ações governamentais, mas reforçaram a importância do planejamento estratégico, da articulação interinstitucional e da gestão baseada em critérios técnicos e legais.

Em síntese, o conjunto das informações apresentadas demonstra que a gestão municipal atuou de forma responsável, transparente e comprometida com o interesse público, consolidando bases administrativas sólidas para os exercícios subsequentes. O relatório reafirma que governar em um município de pequeno porte exige escolhas conscientes,

racionalidade na alocação dos recursos e foco permanente nas reais necessidades da população.

Dessa forma, as ações desenvolvidas ao longo do período analisado reforçam o compromisso da administração municipal com o desenvolvimento equilibrado, a melhoria contínua dos serviços públicos e a valorização do princípio que orienta a gestão: nosso povo é, de fato, o maior patrimônio do Município.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. *Panorama do Município de Ibotirama – BA*. Rio de Janeiro: IBGE, s.d. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ibotirama/panorama>. Acesso em: jan. 2026.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. *Resultados e estatísticas da Educação Básica*. Brasília: INEP, s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: jan. 2026.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. *Taxa de distorção idade-série por município: Ibotirama/BA*. Brasília: INEP, s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: jan. 2026.

BRASIL. **Ministério da Educação**. *Portaria nº 844, de 22 de dezembro de 2025*. Divulga os resultados finais do Censo Escolar da Educação Básica de 2025. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mec-n-844-de-22-de-dezembro-de-2025-677972879>. Acesso em: jan. 2026.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. *DataSUS/Tabnet: estimativas preliminares da população por sexo e faixa etária – 2025*. Brasília: MS, 2025.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. *DigiSUS Gestor: 3º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) – Ibotirama/BA – 2025*. Brasília: MS, 2025. Disponível em: <https://digisusgmp.saude.gov.br/>. Acesso em: jan. 2026.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego**. *Painel de Informações do Novo CAGED*. Estatísticas do emprego formal – Ibotirama/BA. Brasília: MTE, s.d.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). *Índice de Desenvolvimento da Agropecuária Municipal (IDAM)*. Brasília: CNM, s.d.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). *Mapa do Turismo Brasileiro e Regionalização*. Brasília: CNM, s.d.

IBOTIRAMA (BA). **Prefeitura Municipal**. *Diário Oficial do Município*. Relatório de Gestão Fiscal e Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Edição nº 6900, 28 jan. 2026.

IBOTIRAMA (BA). **Prefeitura Municipal**. *Portal da Transparência*. Convênios e transferências. Disponível em: <https://www.ibotirama.ba.gov.br/site/ConvenioTransferenciaDetalhe/1549>. Acesso em: jan. 2026.

IBOTIRAMA (BA). **Prefeitura Municipal**. *Portal da Transparência*. Disponível em: <https://transparencia.ibotirama.ba.gov.br/homepage>. Acesso em: jan. 2026.

IBOTIRAMA (BA). **Secretaria Municipal de Assistência Social**. *Relatório anual de atividades: Proteção Social Básica e Especial – 2025*. Ibotirama: SMAS, 2025.

IBOTIRAMA. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Urbano e Rural (SMDEUR). Relatório de Atividades Anual – 2025.